

EM TEMPO!

Quinzenário nacional • Ano VI • Nº 156 • De 12 a 25 de agosto de 1982 • Cr\$ 70,00.



Especial
O Solidarnosc na clandestinidade

*A repressão ainda é violenta.
Mas os operários já discutem
como tomar o poder*

(pgs. 14 e 15)

POLÔNIA

PT MINAS Uma campanha de coragem e de luta

Em uma longa entrevista, Sandra Starling — candidata ao governo do estado — conta tudo sobre a campanha. O PT vai fundo no interior quebrando tradições centenárias. De fábrica em fábrica. Enfrenta a pressão armada da PM e do DOPS.
(pgs. 4 e 5)



CONCLAT



Ennio Brauns Filho

A luta continua

Os pelegos e reformistas jogam sujo no Enclat paulista para sabotar a decisão da maioria. Em Minas, vence o adiamento.

No dia 28 haverá reunião decisiva
(pgs. 8, 9, 10)

ESCÂNDALO

O maior roubo da história do Brasil

O DIEESE denuncia: os lucros do sistema financeiro em 1981 equivalem à renda-anual de oito milhões de trabalhadores que recebem o salário mínimo. E os lucros dos bancos continuam crescendo a todo vapor este ano (pág. 2).

As eleições e a luta contra a ditadura

Tudo indica que será profunda e generalizada a derrota do PDS nas eleições de novembro. A questão é: para qual projeto de oposição à ditadura será canalizado o voto oposicionista?

O desafio do PT: mostrar a todos os compromissos dos partidos burgueses com a ordem dominante. (pág. 3).

O maior roubo da história do Brasil

Os lucros do sistema financeiro em 1981 equivalem ao pagamento anual de mais de oito milhões de trabalhadores que recebem um salário mínimo. Uma realidade que continua a se reproduzir e se aprofundar ao longo deste ano.

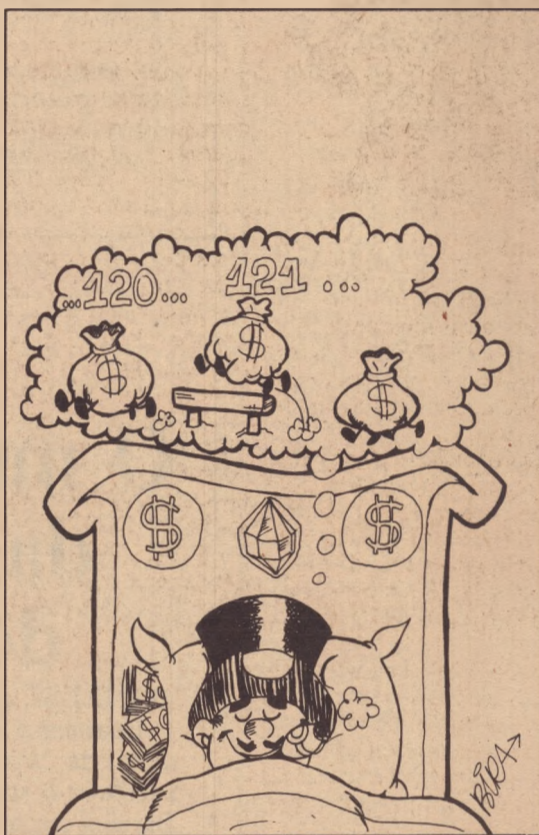
A mais veemente denúncia dos efeitos da política econômica oficial está contida no boletim mensal de junho de 1982 do Departamento Intersindical de Estudos Sócio-Econômicos, o DIEESE. O volume de lucros concentrado pelas 178 empresas do setor financeiro no ano passado foi de 917,5 bilhões de cruzeiros o que correspondeu a aumento real de 87,6% (sobre a massa de lucros do ano anterior (ver tabela abaixo).

Tal volume de dinheiro só pode ser dimensionado com algumas comparações. Com esta soma de dinheiro poderiam ser pagos durante todo o ano de 1981 (incluindo o 13º salário) mais de oito milhões de trabalhadores com salário mínimo daquele ano. O que equivaleria a quase dobrar o número de trabalhadores industriais que em 1980 eram cerca de 10,6 milhões.

Com esta mesma quantia, a despesa fixada para Educação e Cultura poderia ser aumentada 5,8 vezes (os gastos com educação e cultura em 1981 foi de 158 bilhões de cruzeiros). A despesa fixada para Saúde e Saneamento (42,4 bilhões em 1981) poderia, por sua vez, ser aumentada 21,6 vezes.

Concentração de renda

Uma evidência de que este crescimento dos lucros do setor bancário se faz fundamentalmente à custa dos assalariados está em um outro cálculo efetuado pelo DIEESE.



SE. Trabalhando apenas com os bancos comerciais e deixando de lado as outras atividades desenvolvidas pelos conglomerados financeiros (bancos de investimento, arrendamento de máquinas e equipamentos, seguros etc.), o DIEESE chegou a conclusão de que o processo de concentração de renda em poder dos bancos aumentou o correspondente ao pagamento anual de 2.137.757 trabalhadores de salário mínimo. Isto é, se em 1980 o lucro dos bancos correspondia a renda anual de 4,6 milhões de trabalhadores de salário mínimo, em 1981 essa cifra já subia para 6,7 milhões.

A situação denunciada pelo DIEESE para o ano de 1981 não foi invertida este ano. De acordo com a revista *Exame* de julho passado, o lucro dos bancos teve um crescimento nominal, em média, de 147% comparando-se o primeiro semestre deste ano com o do passado. Como a inflação neste período, foi de 97,5% fica evidente que os bancos continuam aumentando os seus lucros bem acima da inflação.

O poder dos bancos

Os bancos representam apenas um setor da economia, além de nada produzir. Seu poder dentro do sistema ca-

pitalista advém do fato de reter em suas mãos uma massa enorme de dinheiro, subordinando em geral os outros agentes econômicos principalmente os menos capitalizados. No Brasil, este poder é superdimensionado pela extrema concentração dos bancos, processo estimulado pelo governo ao longo da década de 70: os cinco maiores bancos em lucro líquido em 1981 obtiveram mais de 70% do total do lucro líquido dos vinte maiores bancos comerciais que operam no país.

A situação extremamente lucrativa dos bancos, que advém basicamente das altas taxas de juros por eles cobradas, encontra uma reação apenas moderada por parte da grande burguesia. É que esta, principalmente em um momento recessivo da economia, pode defender e mesmo aumentar os seus lucros através de práticas especulativas no mercado financeiro.

A Souza Cruz, por exemplo, triplicou os seus lucros se compararmos o primeiro semestre deste ano com o primeiro semestre do ano passado. Só que dois terços dos lucros auferidos no primeiro semestre deste ano foram resultado de aplicações financeiras no Open, em Letras do Tesouro Nacional (10 dos 14,8 bilhões de cruzeiros).

Fica evidente que somente aquelas forças descompromissadas com a burguesia, com os patrões, pode encaminhar uma ampla campanha de denúncia da especulação financeira que está assolando o país. Uma tarefa, pois, importante e necessária para o movimento sindical e para o Partido dos Trabalhadores nestas eleições.

CATEGORIA	(Em Cr\$ milhões)			
	LUCRO		AUMENTO (%)	
	1980	1981	NOMINAL	REAL (*)
CONGLOMERADOS FINANCEIROS	131.539	499.984	293,7	87,6
BANCOS OFICIAIS FEDERAIS	165.990	417.493	151,5	19,8
TOTAL	297.529	917.477	208,4	46,9

Fonte dos dados: Revista Bancária Brasileira, op. cit.

EM TEMPO:

Conselho Editorial: Aloisio Marques, Álvaro Merlo, Américo Bernardes, Antonio Helder, Carlos Henrique Arabe, Flávio Andrade, Joaquim Soriano, José Luis Nadai, Juarez Guimarães, Julio Tavares, Luci Ayala, Marcio Gomes, Otaviano Carvalho, Raul Pont, Regis Moraes, Virginia Pinheiro.

Jornalista Responsável: Vilma Amaro - Reg. MTPS nº 9.149.

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte Ltda. R. Francisco Leitão, 57 - Pinheiros, São Paulo, CEP 05414 Fone: 852-8880 - CGC: 46.093.589-0001-10.

Sucursais: Belo Horizonte: R. da Bahia, 1148 - 12º andar - sala 1203; Porto Alegre: Av. Osvaldo Aranha, 1407 - loja 20; Rio de Janeiro: Rua Senador Dantas, 117 - sala 1414 - Vitória - Caixa Postal 1427.

Composição: Editora Letra Ltda. - Rua Artur de Azevedo, 1977 - Fone: 212-5061.

Impressão: Cia. Editora Jorúes. Rua Gastão da Cunha, 49 - São Paulo, SP - Tel.: 531-8900.

Assine EM TEMPO:

Nome:

Endereço:

Bairro:

Cidade:

Estado:

A Editora Aparte Ltda. • Rua Francisco Leitão, 57
• CEP 05414 • São Paulo • Assinatura anual Cr\$ 1.500,00

VENDA DE LIVROS

Espanha Abandonada	600,00
A luta pela Democracia Socialista na URSS	600,00
Atualidade de Rosa Luxemburgo	700,00
Introdução ao Marxismo	700,00
Crítica ao Eurocomunismo	700,00
Da Comuna a Maio de 68	800,00
Os estudantes, os intelectuais e a luta de Classes	600,00
Problemas da Guerra Civil	400,00
África do Sul	600,00
Sobre o Fascismo	400,00
Teoria Leninista da Organização	500,00
Ser mulher na URSS	600,00
Teoria Marxista do Estado	350,00
A Revolução Desfigurada	700,00
A Revolução Traída	900,00
A Revolução Permanente	600,00
Programa de Transição	600,00
Questões do Modo de Vida	600,00
Lições de Outubro	500,00
Balanço e Perspectiva	600,00
Aborto e Contracepção	500,00
Malvinas: contradições do capitalismo e Revolução Social	200,00

Pedidos para: Editora Aparte Ltda. — Rua Francisco Leitão, 57 - Cerqueira Cesar - CEP: 05414 - São Paulo.
Através da Remessa de Cheque nominal.

As eleições e a luta contra a ditadura

Dentro de cem dias, a imensa maioria da população insatisfeita com o governo deverá escolher que tipo de oposição à ditadura elegerá. É, pois, fundamental para o PT demonstrar os compromissos das oposições burguesas com os fundamentos da ordem ditatorial e da exploração capitalista.

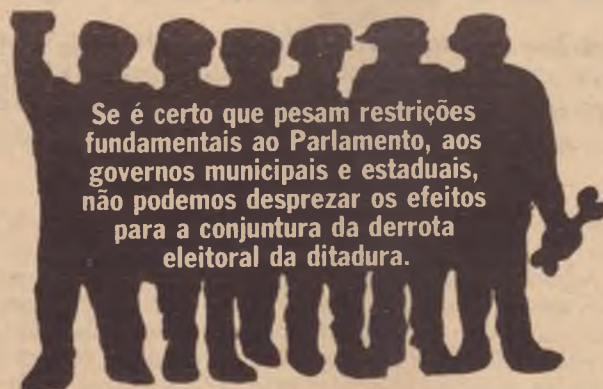
A cem dias das eleições, crescem os indícios de que a avalanche dos votos oposicionistas se torna mais e mais poderosa. É notável a falta de dinamismo das candidaturas do PDS em São Paulo, em Minas (onde Magalhães Pinto abandonou a sub-legendagem para o Senado e Eliseu comete deslizes políticos seguidos), no Rio Grande do Sul (com a candidatura Jair Soares desgastada com o Pacote da Previdência e o episódio dos descredenciamentos) e no Rio, por exemplo.

A derrota eleitoral provavelmente esmagadora do governo decorre, no entanto, de fatores mais profundos. A tendência declinante do voto conferido à ditadura ao longo da década de 70, correndo paralelamente ao crescimento do movimento operário-popular e o agravamento da crise econômica, é visível: no Senado, 47,3% dos votos em 1970 e 35% em 1978; na Câmara Federal, 48,4% em 1970 e 40,0% em 1978; na Câmara dos Vereadores, 61,4% em 1972 e 47,2% em 1976, embora o partido oficial concorresse sozinho em um terço do total de municípios do país.

Nesses últimos quatro anos, podemos afirmar com certeza que aumentou o isolamento e o desgaste da ditadura. Houve de fato nos últimos anos um brutal aprofundamento da crise econômica, da inflação, do desemprego e uma perda crescente do poder aquisitivo dos salários de largas faixas dos setores médios. O movimento operário-popular, embora de uma forma não linear, cresceu continuamente a partir da vaga grevista que vai de 1978 a 1980, ampliou-se a influência política de suas lideranças. O surgimento do PT, organizando politicamente setores importantes dos trabalhadores, só aumentou e disseminou o sentimento de insatisfação contra o regime e os patrões. Finalmente, com o surgimento do PP houve o deslocamento de inúmeros grupos políticos ligados ao regime, depois, em sua maioria, incorporados ao PMDB.

É verdade que o impacto da avalanche dos votos oposicionistas será amortecido.

A derrota governista na composição do novo Congresso será atenuada pelo fato de que os estados mais populosos e onde é maior o número dos votos oposicio-



Se é certo que pesam restrições fundamentais ao Parlamento, aos governos municipais e estaduais, não podemos desprezar os efeitos para a conjuntura da derrota eleitoral da ditadura.

nistas têm uma representação sub-avaliada; a derrota nas eleições para governadores nos estados mais importantes, será contrabalançada pela vitória em um número razoável de estados mais atrasados política e economicamente. Posteriormente às eleições, novos arranjos serão feitos com os partidos burgueses da oposição, haverá a cooptação direta dos políticos mais moderados e corruptíveis.

Tudo isso atenua mas não nega o impacto da derrota eleitoral na estabilidade da ditadura. Sua ilegitimidade será aprofundada; a necessidade de compor e cooptar setores da oposição burguesa tornará suas iniciativas mais difíceis de serem articuladas; as condições de organização e de consciência do movimento operário-popular crescerão com o aumento da influência e da força do PT.

Assim, se é certo que pesam restrições fundamentais ao Parlamento, ao exercício dos mandatos executivos a nível municipal e estadual, não podemos desprezar os efeitos para a conjuntura da derrota eleitoral da ditadura. A campanha eleitoral e o resultado das eleições significarão no período imediato uma ampliação enorme do espaço real das liberdades.

Ao contrário de 74, as eleições de 82 têm como ponto de partida o fato de que a grande maioria do contingente eleitoral do país vota contra o governo. E esta maioria será colocada diante da definição de que tipo de oposição à ditadura apoiará. Mesmo que esta opção para a grande maioria não tenha um conteúdo ideológico explícito ou claro por causa da corrupção eleitoral, da despolitização das campanhas, das restrições ao livre debate, é esta objetivamente a questão central que estará em jogo nestas eleições.

Pela primeira vez e, ironia, levado ao extremo pelos próprios casuísmos da ditadura como o voto vinculado, está havendo uma ampla, aberta e massiva disputa entre a oposição liberal burguesa e a posição de independência de classes em torno à hegemonia da oposição ao regime.

É inegável que as forças da oposição burguesa, representadas principalmente pelo PMDB, se apresentam com vantagens sobre o Partido dos Trabalhadores. Não

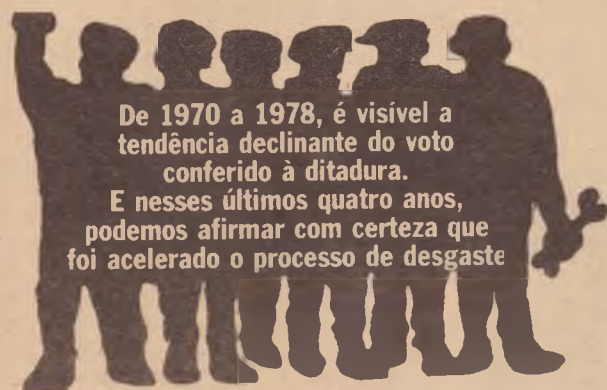
sofreram ainda o desgaste dos políticos da ditadura; dispõem de uma máquina partidária e de um volume de recursos qualitativamente superior; dispõem de um peso parlamentar e de laços de clientela construídos ao longo de muitos anos.

Ao Partido dos Trabalhadores restam as vantagens de um enraizamento popular organizado, minoritário ainda nas grandes massas trabalhadoras mas crescente, e a radicalização do sentimento oposicionista que cresce no compasso da crise. Sua votação dependerá, pois, enormemente da sua agressividade em diferenciar o seu projeto dos partidos burgueses da oposição, em desnudar o sentido conciliador de suas propostas.

Mas as eleições de 82 serão apenas o início desta disputa ao nível das amplas massas. E as eleições burguesas refletem, no entanto, apenas a imagem deformada da força das classes em um dado momento.

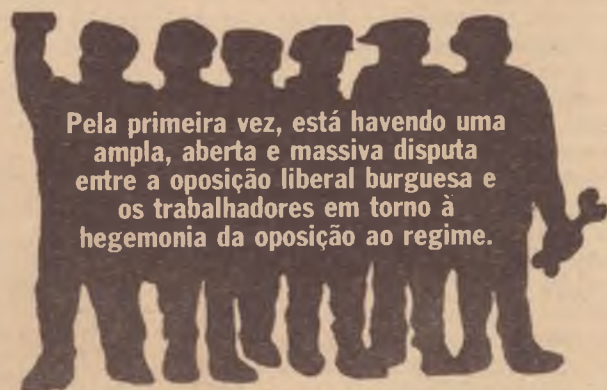
Beneficado pelas suas vantagens eleitorais no período imediatamente após as eleições, o PMDB sofrerá as pressões de dois lados: da direita, para que componha com o regime; da esquerda, pelo movimento operário-popular que não sofreu nenhuma derrota desmoralizadora e, mesmo contraditoriamente, avança em sua organização sindical. Refletindo o calor da luta de classes que tende a se acentuar inclusive com a promessa de aprofundamento do arrocho, o PMDB oscilará entre a cisão da frente que o compõe ou um alinhamento com o regime, com o inevitável desmascaramento diante das amplas parcelas da população que nela depositaram suas esperanças de mudança.

Hoje, a gravidade da situação econômica e social que atravessa o país não repercute com igual força no plano político por duas razões: pela pequena força política, embora ascendente, dos trabalhadores e pela força eleitoral dos políticos e partidos da oposição burguesa. Esta será, sem dúvida, uma das componentes centrais da conjuntura no período aberto pelas eleições: a disputa entre os trabalhadores e os liberais pela hegemonia da oposição. Processo que terá na afirmação do PT nas eleições, no crescimento da sua intervenção no campo político, juntamente com a construção da Central Única dos Trabalhadores, os seus pilares básicos.



De 1970 a 1978, é visível a tendência declinante do voto conferido à ditadura.

E nesses últimos quatro anos, podemos afirmar com certeza que foi acelerado o processo de desgaste



Pela primeira vez, está havendo uma ampla, aberta e massiva disputa entre a oposição liberal burguesa e os trabalhadores em torno à hegemonia da oposição ao regime.

Editorial

A frente única

O princípio da frente única, que tem a sua origem nas tradições mais caras do movimento operário internacional e se apoia na constatação de que antes de diferenças existem interesses estratégicos comuns às diversas fileiras da classe trabalhadora, continua de plena atualidade neste momento difícil do movimento sindical.

Frente única quer dizer, em primeiro lugar, unidade a cada momento na defesa dos interesses dos trabalhadores contra os patrões. Quer dizer, em segundo lugar, democracia no interior desta unidade, já que esta não pressupõe unanimidade, ausência de diferenças, e a democracia na base, o respeito às decisões da maioria, é a única maneira de estabelecer uma sólida e

fraterna convivência.

Unidade e democracia que podem e devem se expressar em um quadro orgânico comum, em uma central única, em uma entidade que organize as lutas da classe operária contra a burguesia e seu Estado. Qualquer divisão que eventualmente venha a se impor tem de ser vista, sob esta ótica, como efêmera, a ser superada. A busca da unidade dos trabalhadores é um fim estratégico dos revolucionários.

As forças combativas do movimento operário brasileiro, o PT se encontram em choque com outras forças que negam os princípios básicos da frente única. Reiteradamente expressam e praticam a proposta de que os trabalhadores devem

selar um pacto com a ditadura e as classes dominantes que, no fundamental, implica em uma rendição frente ao patronato. Sentindo a sua condição de majoritários abalada, apegam-se à forma antidemocrática da estrutura sindical brasileira, (federações e confederações), manobram, chantageiam com a ameaça da divisão (como fez a Contag), falseiam (como fez Arnaldo Gonçalves ao fraudar a representação de seu sindicato). Negam a democracia necessária à unidade enquanto proclamam aos quatro ventos as suas intenções unitárias.

Há setores confusos participando destas forças. Mas existem outras ideológicas, cuja atitude corresponde a um projeto político coerente. E não há

dúvida: a frente única só será conquistada com a derrota destas correntes ideológicas, com o deslocamento dos setores atrasados ou confusos da área de sua influência.

Cada luta em cada categoria, o fortalecimento das intersindicais estaduais, a sua democratização e a unificação das campanhas salariais, a luta que continua pela realização de um Conclat democrática são momentos desta luta. Os petistas e os sindicalistas combativos trabalham a favor da maré da luta de classes, dos anseios e necessidades dos trabalhadores. Com paciência e dedicação, a frente única virá a se impor, se for preciso, levando de roldão os que persistem em traír a classe operária.



Entrevista com Sandra Starling, candidata ao governo mineiro

O PT faz uma campanha de coragem e de luta

Visitando o interior mineiro, em reuniões com bóias-frias, em comícios em praças públicas, em manifestações cercadas pela polícia o PT vai rompendo com a centenária tradição da politicagem. É a guerra dos petistas versus a campanha milionária do PDS e do PMDB.

Por Hamilton Bueno

— Quais os maiores problemas que o PT vem enfrentando na campanha para o governo do Estado?

Sandra — Do ponto de vista interno, a grande dificuldade é a falta de experiência da maioria dos militantes para enfrentar a campanha eleitoral. Nos primeiros 45 dias da campanha, por exemplo, nós estávamos na defensiva, respondendo àquilo que era colocado para a gente ao invés de determinar a campanha. A questão principal era: como traduzir a idéia de uma campanha de luta em termos de ação? O primeiro passo que demos para colocar esta idéia em prática foi a viagem recente que fizemos pelas regiões do Alto Paranaíba e pelo Triângulo Mineiro. Ela nos mostrou como se coloca para os militantes do partido este tipo de problema. Um exemplo: em Monte Carmelo, cidade pequena onde o PT é massivamente constituído de trabalhadores rurais, a programação se resumia em um comício. Havia programação para aquele dia, mas não havia uma estratégia política. Fizemos o comício com 500 pessoas na praça da cidade, o que foi um sucesso enorme. Houve durante todo o roteiro a combinação entre a fala e a música, com alguns cantores e violeiros da própria região, e foi enorme a receptividade porque nós sustentávamos que quem não gosta que o povo sorria, cante e dance é o governo e os patrões. Agora, o pessoal de lá não sabia como dar continuidade. Resolvemos que os boletins não deveriam ser distribuídos durante a manifestação, mas depois, nos locais de concentração da cidade. Só a partir dessa idéia do boletim dos majoritários apareceram na reunião uma série de outras idéias: pintar cartazes, ir às portas das fábricas de cerâmica que são muitas na cidade. Então eu entendo que essa é a dificuldade principal do PT pois o partido não tem dificuldades com o público. Ele fala cara a cara, no olho das pessoas, dos problemas que as pessoas estão vivendo, com a linguagem do trabalhador, da maioria da população.

Há ainda uma dificuldade externa, notada principalmente no interior: é que dezoito anos de ditadura fizeram com que o povo tenha medo de ir para a praça pública, falar de seus problemas. Por exemplo, em um comício feito pelo Lula no Triângulo Mineiro, eu vi uma mulher com uma cara muito satisfeita, rindo, mas toda vez que o Lula falava mal do governo ela tampava o ouvido. Isto revela o medo que as pessoas ainda têm. Esse clima é acentuado pelas pressões que os petistas e a própria população estão sofrendo: todo comício que promovemos é sempre cercado por um "cordão sanitário" do pessoal do PDS, dos "figurões" da cidade. E não é só o PDS. Também o PMDB que, em vários municípios, é visto como governo porque está ocupando prefeituras e não desenvolve projetos que interessam à maioria da população. Isso intimida muito, não só o povo mas também os candidatos que podem ser empregados daquele "figurão" ou já foi eleitor dele. E o receio não é infundado: em vários lugares,

nossos candidatos estão sofrendo ameaças de demissão, pressões de cooptação. Em Campina Verde, por exemplo, o PMDB e o PDS que já haviam lançado candidatos, retiraram os seus nomes para pressionar o candidato do PT, o favorito nas eleições, a sair do partido.

É enorme a pressão que os petistas e a própria população estão sofrendo no interior. Nas doze cidades que visitamos mais recentemente, todo comício que promovemos é sempre cercado por um "cordão sanitário" dos figurões da cidade, do PDS e do PMDB.

— Que problemas estão mais afetando os trabalhadores dessas regiões que você visitou?

Sandra — O desemprego. Impressionou-me bastante a região do Triângulo por que toda a informação que eu tinha era de uma região extremamente rica. O desemprego atinge a população rural e a população urbana. Uberlândia é, em miniatura, a história do milagre brasileiro. É uma cidade de uma suntuosidade impressionante. E, no entanto, ela tem um cinturão de desempregados em torno dela. Um desespero total. E cresce dia-a-dia o número de bóias-frias por causa de projetos como o do Próalcool ou da Nestlé que levou à transformação de todas as fazendas em empresas de pecuária extensiva

para fornecimento de leite. Não se toma leite na região. O leite sai de lá diretamente para a Nestlé. Está acontecendo lá uma certa homogeneização com relação a certos temas que eu só tinha encontrado no Vale do Jequitinhonha. O que mais a população teme é o boi. O boi simboliza para o trabalhador expulso da terra, o elemento que substitui o homem. Eles visualizam muito o seu problema através de como é que o boi tem uma vida melhor do que a dele, trabalhador. Isso eu já tinha encontrado no Vale do Jequitinhonha, onde até as músicas que o pessoal canta falam muito disso: "o boi tá com a pata em cima de mim", "o boi me expulsou". Então, tem esse lado de homogeneizar a classe trabalhadora em regiões tão opostas em termos de economia como o Vale do Jequitinhonha e o Triângulo Mineiro.

— Mais concretamente, como o PT vem utilizando a campanha para impulsionar e apoiar a luta destes trabalhadores?

Sandra — Em Santa Vitória, no Triângulo Mineiro, por exemplo, em uma segunda-feira à noite nós conseguimos reunir na Câmara Municipal entre 200 e 250 bóias-frias. Pessoas que levantam às 4:00 horas da manhã e que ficaram lá das 19:30 até as 23:00 horas discutindo com a gente, levantando as suas reivindicações. Nossa campanha é de luta e isso significa que nós não vamos apenas nos lugares onde a gente será votado. Foi o caso de minha ida agora com Vicente Nica, candidato federal pelo PT, em Cachoeirinha no

nordeste de Minas, onde nem temos diretório formado. No entanto, nós éramos o único candidato ao governo do estado no momento do ato público de solidariedade aos posseiros expulsos da terra e que foi enormemente reprimido pelo DOPS mineiro. Além de um acampamento da Polícia Militar, com 200 homens, o DOPS enviou para lá 150 agentes armados de metralhadoras, de revólver e de faca, que é um tipo de arma exatamente para intimidar o trabalhador da roça. Vários caminhões que estavam levando trabalhadores da região para o ato público foram impedidos de chegar até Cachoeirinha, sob a alegação de que não havia condições de segurança no transporte do pessoal, preocupação que contrasta com os meios que são usados diariamente para transportar o bóia-fria.

As candidaturas do PT viraram meios de comunicação ambulante, divulgando lutas e reivindicações de uma região a outra do estado. Esse é o papel do PT e de seus candidatos nesta campanha.

— Sandra, como vem se desenvolvendo a campanha do PT nas grandes concentrações operárias de Minas?

Sandra — Antes de marcar grandes concentrações, nós começamos o nosso trabalho com a classe operária através do chamado "porta de fábrica". A gente espera a saída ou a entrada de turno — aliás, aprendemos que a entrada é melhor que a saída porque o sujeito já está estafado, é difícil falar um pouco mais — distribuí os boletins de campanha. Um primeiro de apresentação do partido, mostrando porque é importante a classe trabalhadora ter um partido independente. Vamos com a bandeira do PT e vários militantes e candidatos fazem verdadeiros mini-comícios nas portas das fábricas. Na segunda fase, distribuímos o boletim dos majoritários, apresentando-os e desenvolvendo a argumentação de porque votar no PT. Um boletim discutindo a balela do voto útil ser voto no PMDB. E uma terceira fase, de propaganda dos candidatos proporcionais. Em todos os locais onde há concentrações operárias, estamos repetindo este processo. Em seguida é que vamos passar a essas grandes manifestações de rua, comícios.

Agora, que está havendo a campanha unificada dos metalúrgicos mineiros, um passo de fundamental importância para o movimento sindical mineiro e nacional, nós estamos oferecendo o espaço que nos é dado como candidatos para divulgar o significado desta campanha e suas reivindicações. Temos visitado, além disso, sindicato por sindicato em todo lugar onde vamos, mostrando como é que, ao contrário da tradição política do Brasil, os sindicatos podem se valer do partido. As can-



Seu Joaquim, candidato ao Senado



Milton Freitas, candidato a vice-governador



didaturas do PT viraram meios de comunicação ambulante, levando de uma região para outra denúncias da prisão dos padres e posseiros, divulgando lutas e reivindicações. Esse é o papel do PT e de seus candidatos nesta campanha.

— Como está a campanha dos outros partidos em Minas?

Sandra — O tipo de campanha que está sendo feita pelos dois outros partidos que já estão em campanha ostensiva — o PMDB e o PDS — é um verdadeiro acinte à crise econômica e social porque passa a população de Minas Gerais. Rios e rios de dinheiro estão sendo gastos. Eu não sei os números, mas é só olhar os postes de alto a baixo lotados de cartazes, ir numa gráfica perguntar quanto custa o papel e a impressão e você sabe que isso não sai por nenhuma bagatela. Na visão do PT, este tipo de propaganda continua o estilo tradicional de campanha meramente eleitoral, de politicagem, que se vende através do marketing. E nesse momento de crise por que passa o país, ele é mais imoral...

— Mas não se nota diferença entre o tipo de campanha do PDS e a do PMDB?

Sandra — De jeito nenhum. É só olhar os postes, os muros, as faixas e você vê que a qualidade é a mesma. E isso tem contribuído, em alguns lugares, para dar ênfase a nossa campanha porque as pessoas procuram os nossos candidatos nos postes e não encontram. Isso está fazendo a nossa campanha, abrindo espaço para explicarmos que nós não estamos fazendo isso não é só por falta de dinheiro mas também por opção política.

O tipo de campanha que está sendo feita pelos dois partidos que já estão em campanha ostensiva, o PDS e o PMDB, é um verdadeiro acinte à crise econômica e social por que passa a população de Minas.

— Que avaliação você faz do quadro eleitoral em termos dos prováveis resultados?

Sandra — É impossível avaliar o desempenho do PT aqui. Não é só porque é um partido novo. O nosso êxito do ponto de vista eleitoral vai depender da campanha e da possibilidade de revogação da Lei Falcão. Se nós conseguirmos divulgar as propostas do PT nestes dias que nos restam será como fogo no paiol; a gente consegue canalizar a preferência da maioria do eleitorado.

É previsível uma grande derrota do PDS, não é?

Sandra — Acho que o PDS vai levar uma "lavagem". Por exemplo: onde o PMDB é prefeitura, todo mundo fala: "no governo nós não vota". PDS, para o povo, é o governo. Qualquer pessoa que se identifica com o governo, o povo não quer votar mesmo. Isso é inequívoco. A outra expressão da fragilidade do PDS é a necessidade de gastar tanto dinheiro e propaganda paga. Está muito claro que a proposta do Eliseu "de transformar o estado em canteiro de obras" não convence ninguém. No Triângulo Mineiro, por exemplo, a quantidade de cidades cheias de problemas sociais e com aqueles ginásios-suntuosos. A própria população goza: "como é que nós vamos praticar esporte com fome, cansados?"

Não encontrei até agora nenhum eleitor de Tancredo convicto. Todos com que eu conversei, falam assim: "Em que pese o nosso candidato a governador...". A verdade é que em Minas o PMDB foi esmagado pelo PP.

— Sandra para terminar: e a candidatura de Tancredo?

Sandra — Não encontrei até agora nenhum eleitor do Tancredo convicto. Todos com quem eu conversei falam assim: "em que pese o nosso candidato a governador..." A verdade é que em Minas, o PMDB foi esmagado pelo PP. E todos sabem que Tancredo continua sendo a costura de várias coisas que todo mundo sabe no que dá. Toda vez que alguém se diz representante de todos — do empresário ao trabalhador — quem sai perdendo é o trabalhador. Mas temos que levar em conta que tem muita gente apoiando, há candidatos populares que estão ainda imaginando que esta seria a solução. E o que interessa ao PT é mostrar para estas pessoas a nossa proposta e fazer com que elas voltem para o seu leito natural que é o leito da oposição. Por exemplo, uma cidade em que nós tivemos uma boa discussão foi em Patos de Minas. Lá, a ala autêntica do PMDB tinha um candidato que foi vetado pela cúpula do PMDB na convenção e o pessoal estava muito preocupado com o tipo de opção que tinha de ser feita. Eu defendo a opinião de que o melhor caminho para enfrentarmos a pressão do voto útil é a discussão política.

“Tancredo no poder, mordomia podes ter”

Este é o slogan que tem atraído os deputados do PMDB na batalha eleitoral pelo governo de Minas. Eles não se comprometem sequer com a realização de concursos para preenchimento de vagas em cargos públicos.

Um verdadeiro "frisson" percorre os corredores da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Só que desta vez não se trata de uma batalha travada entre os partidos políticos, entre a oposição e a situação.

Trata-se da expectativa em torno da aprovação de um projeto que torna efetivos todos os atuais assessores parlamentares, como funcionários permanentes da Assembleia.

Atualmente, cada deputado estadual de Minas Gerais tem direito a três assessores parlamentares: um secretário, um auxiliar e um assistente com salários que vão até Cr\$ 170 mil cruzeiros. Esses salários deverão sofrer um reajuste de 42% em outubro desse ano, elevando-se até Cr\$ 240 mil ainda antes das eleições.

Entre os 71 deputados estaduais mineiros, apenas 4 não têm entre seus assessores parentes diretos tais como mãe, mulher, filhos e irmãos. Entre aqueles que não têm parentes diretos, alguns se contentam em ter apenas amantes. Isto é, os cargos de assessores parlamentares são utilizados como complementação indireta da renda familiar ou como remuneração dos casos amorosos de nossos nobres deputados.

De um modo geral, no entanto, nossos parlamentares não se contentam com essa mordomia. Além dos três funcionários a que têm direito pelo regulamento da Casa, ainda usam do expediente da requisição, sendo que alguns deputados contam com nada menos que 18 funcionários em seus gabinetes. No total hoje são 600 pessoas a serem efetivadas.

Regimentalmente, a figura do assessor parlamentar é definida como a de funcionários de confiança do deputado eleito. Portanto sua função é vinculada ao mandato do parlamentar. Assim, apavorados com a perspectiva da derrota eleitoral, os deputados mineiros correm com muita sede ao pote e propõem a efetivação de seus assessores. Esse projeto custará aos cofres públicos entre salários e obrigações sociais, uma soma da ordem de 90 milhões de cruzeiros por mês.

PDS e PMDB unidos

Como era de se esperar, nesse projeto, tanto os deputados do PDS quanto os deputados do PMDB estão unidos em torno da causa. Todos estão seriamente empenhados em encontrar as melhores formas de que esse escândalo passe despercebido pela população, pelos eleitores e

pela imprensa. O que importa é que ele seja rapidamente sancionado pelo governador Francelineo Pereira, mesmo sendo este um ano eleitoral.

Também não é de se estranhar o fato de que sejam precisamente os deputados do PMDB os mais empenhados na aprovação do projeto. Os parlamentares governistas já dispõem de amplas possibilidades de colocar seus apadiguados nos cargos executivos, nas empresas públicas e de economia mista.

Mas os deputados oposicionistas se empenham e se justificam. Alegam que em outros estados tais como São Paulo e Alagoas os parlamentares dispõem de carros oficiais, gasolina e outras mordomias e que a tradição da família mineira é pseudo-moralista. Sob esse argumento, o deputado Marcelo Caetano, que sequer conhece o endereço da Assembleia Legislativa, tem nada menos que a própria mãe como funcionária pessoal.

Essa é uma amostra do que será o governo Tancredo Neves: os deputados do PMDB não se comprometem sequer com a realização de concursos para preenchimento de vagas em cargos públicos.

Batalha perdida

No caso em questão, a única exceção entre os 71 deputados estaduais de Minas Gerais é o deputado Cássio Gonçalves do PMDB que trava uma batalha solitária contra a aprovação do projeto sem encontrar nenhuma receptividade entre os colegas de bancada. Sabedor de que o projeto já está de ante-mão aprovado, não consegue sequer que haja repercussão pela imprensa, o que evidentemente lhe renderia alguns dividendos eleitorais. É que a imprensa se recusa a dar divulgação ao fato temendo perder com isso os espaços já pagos para propaganda eleitoral e as propinas que a cada dia mais pingam do bolso desses mesmos deputados interessados em suas reeleições.

O que é mais notável na posição do infeliz deputado Cássio Gonçalves é que apesar disso ele continua fazendo campanha para Tancredo Neves, acreditando que uma vez eleito governador este iria alterar de fato os métodos administrativos do Estado. Ingenuidade, ilusão, são de graça. Mas seus assessores fazem uma promessa: caso sejam efetivados, imediatamente renunciarão em bloco aos seus cargos. (Da Sucursal).

"Antes de entrar no curso de História da UERGS, passei boa parte de minha vida trabalhando nos campos de São Sebastião do Caí, cidade situada a 80 km de Poá, onde, também trabalhei como operário nas fábricas de calçados". Assim, José Clóvis, começa a falar das coisas que já fez em sua vida e de sua trajetória política. "Até começar a lecionar — isso se deu no começo dos anos 70 eu não havia tido nenhum tipo de participação política. A situação na época era completamente desfavorável ao movimento de massas e as esquerdas haviam sofrido uma derrota não só militar como também política. A falta de informações e a censura impediam que as pessoas desenvolvessem sua visão crítica sobre a nossa realidade. Era como estar no limbo."

O seu processo de tomada de consciência, que é muito parecido com o de outros professores que vivenciam a problemática dos seus alunos de zonas operárias e periféricas das grandes cidades, se deu "na época, em que o nosso companheiro de Partido, o educador Paulo Freire, era totalmente proibido no país. Eu já estava utilizando o seu método, embora de uma forma totalmente empírica pois era muito difícil conseguir os seus trabalhos. Esse tipo de trabalho que somava um relacionamento democrático e uma visão crítica de nossa história passada e atual, me permitiu avançar junto com meus alunos."

A tomada de consciência e o rompimento com o PMDB

"Era tal o sufoco na época que se tinha muito medo ao se assumir francamente posições contra a ditadura militar nas salas de aula e, no dia seguinte, não mais aparecer para dar aula. Com o início da crise econômica, muita gente como eu, foi levada a assumir uma atividade de cunho partidário. A única alternativa na época era o MDB. As pessoas dispostas a um trabalho mais consequente se juntaram e formaram o IEPES — Instituto de Estudos Políticos Econômicos e Sociais do MDB. Dentro do IEPES, alguns desses setores foi desenvolvendo um projeto que colocava claramente a via socialista para uma revolução que solucionasse de fato os problemas da classe trabalhadora."

José Clóvis de Azevedo Aprendendo e ensinando a lutar

José Clóvis, candidato a deputado federal pelo PT gaúcho, faz parte da nova geração de lideranças do movimento operário-popular que foi se criando ao longo da década de 70. Uma trajetória rica e coerente a serviço da luta dos trabalhadores, pelo socialismo.

No transcorrer do seu trabalho, esses setores, nos quais eu me colocava, sentiram a necessidade de se afastar organicamente do resto do partido liberal e fundaram a Tendência Socialista do MDB. A tendência foi uma experiência muito importante para mim, na elaboração e compreensão de um projeto de construção de um partido operário de massas, que garantisse realmente a independência de classe dos trabalhadores. Pois, a cada ação mais ousada que a TS propunha o MDB mais demonstrava o seu caráter frentista e anti-popular. Com o lançamento da discussão, a partir principalmente dos sindicalistas autênticos do ABC, sobre a formação do PT, nós, da TS, tratamos imediatamente de sairmos do MDB e nós lançamos resolutamente na construção do Partido dos Trabalhadores."

Na oposição sindical

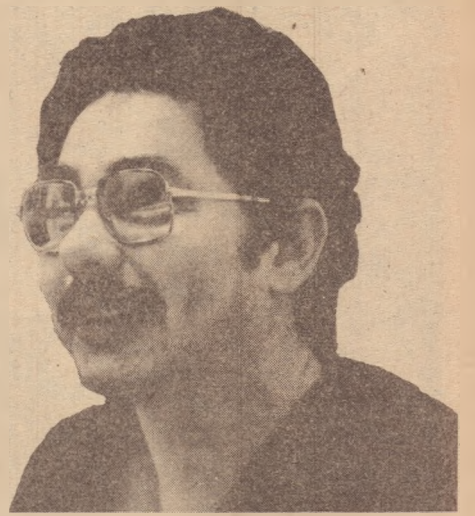
Sobre o trabalho sindical no seio de sua categoria, Clóvis afirma que "as greves que se sucediam no país, não poderiam deixar de influenciar o professorado gaúcho, que em 79 realizou uma grande greve estadual. Foi durante essa greve que, de forma decidida, a categoria dos professores realizou, após longos anos, um confronto direto com o Estado. Nela tomei parte ativa no Comando de Greve, onde junto com outros companheiros combativos,

nos diferenciávamos da diretoria do CPERGS pelas propostas mais avançadas. Neste ano, após a greve, fui perseguido pela Secretaria de Educação que me expulsou do Colégio Estadual Kennedy, onde eu lecionava. Este ato repressivo originou a greve mais longa de secundaristas no estado, que só terminou com a minha readmissão."

Em 1980, a categoria voltou a fazer uma greve que, apesar de traída pela diretoria do CPERGS que negociou os índices em separado do resto dos professores, teve saldos organizativos importantes, porque foram fundados vários núcleos do CPERGS nos interior, entre os quais aquele do qual sou secretário até hoje (esse núcleo é composto de 3500 professores). Nessa última greve ficaram bem claras as divergências que tínhamos com a diretoria do CPERGS. O presidente era o Hermes Zanetti, atual presidente da Confederação de Professores do Brasil e candidato a deputado federal pelo PMDB. Lançamos uma chapa de oposição às eleições da entidade que foi derrotada. No meu entendimento, pesou bastante o uso antidemocrático que a chapa da situação fez do aparelho do CPERGS e a hostilidade que nossa chapa recebeu da imprensa burguesa."

Uma candidatura forte

Perguntado sobre as possibilidades eleito-

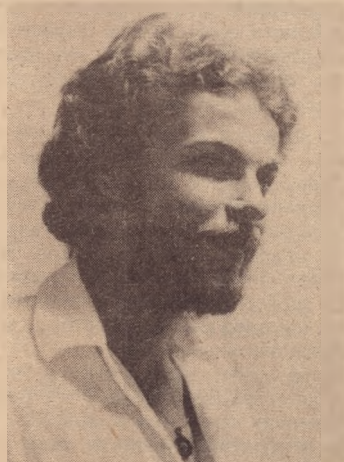


José Clóvis foi presidente da chapa de oposição à atual direção do CPERGS

rais do PT no estado, José Clóvis responde que "apesar de todas as dificuldades materiais, nós levamos adiante o que é fundamental para a classe trabalhadora que é a sua organização política independente, organizando os trabalhadores nos seus locais de trabalho e moradia."

Minha avaliação é de que o nosso desempenho eleitoral será muito bom, melhor do que muita gente pensa. Afinal de contas, de um partido inviável, transformamos o PT num partido real na conjuntura brasileira."

Sobre a sua campanha eleitoral, ele acrescenta que é candidato preferencial do PT em uma série de municípios gaúchos (Novo Hamburgo, São Leopoldo, Estância Velha, São Sebastião do Caí, Portão, Arroio do Meio, Venâncio Aires, além de ter apoio nas cidades de Uruguaiana, Lageado, Alvorada, Cachoeirinha, Esteio, Sapucaia e na capital. "Esse apoio à minha candidatura se deve ao reconhecimento da minha ativa participação no movimento dos professores, na minha participação no meio do trabalho comunitário e, no trabalho de construção do PT desde o seu início, principalmente, pelas posições que venho defendendo dentro do PT sobre a necessidade de sua construção como partido de fato, na luta contra a ditadura e o socialismo."



Américo Antunes

— Muitos afirmam que o PT pode dividir as oposições e facilitar a vitória do PDS, que é colocado como o inimigo central a ser derrotado em 15 de novembro.

Américo: O PDS é simplesmente um apêndice pálido da ditadura. E nós não acreditamos que os patrões estejam organizados em um único partido. O PT não tem culpa nenhuma se os patrões busquem sua representação política, seu lugar ao sol junto ao poder ditatorial através de várias siglas partidárias. Veja você; aqui em Minas, o PMDB, não é nada mais do que o antigo PP recheado de carreiristas de todo o tipo e algumas antigas bases do PMDB. Não é segredo para ninguém que quem primeiro dividiu o PMDB, logo quando foram votadas as reformas políticas, foi o Sr. Tancredo Neves, que se aliou ao Sr. Magalhães Pinto e tantos outros banqueiros para montar seu partido de conciliação. Logo a seguir, quando a vinculação de votos inviabilizou o PP, este partido trocou a sua sigla partidária pela possível eleição de Miro Teixeira no Rio e Tancredo

Américo Antunes A força de uma candidatura estudantil

Américo Antunes foi presidente do DCE da Universidade Católica de Minas Gerais, da UEE e candidato, como oposição, à presidência da UNE. A sua campanha para deputado estadual pelo PT mineiro traz as marcas de sua trajetória política: a sede de mudanças da juventude e a sua vontade de ligar as lutas dos estudantes ao movimento dos trabalhadores.

Neves em Minas. Esta jogatina eleitoral, estas manobras sujas visando o poder, são recebidas e saudadas como "união das oposições". Isso, para mim, é puro cinismo.

— Bem, mas há quem diga que uma vitória do PMDB vai abrir maior espaço para a organização dos trabalhadores que uma vitória do PDS.

Américo: O espaço conseguido pelos trabalhadores até hoje foi debaixo desta ditadura que está aí. E ele foi conquistado pelas nossas próprias mãos, em razão das nossas próprias lutas. Acho até o oposto. São exatamente os falsos oposicionistas, os sócios da ditadura, que querem se aproveitar desta situação política nova. Mas, sem dúvida alguma, o erro maior que se comete é achar que a eleição de Tancredo em Minas significaria uma vitória contra a ditadura militar. Os latifundiários, os empresários e grandes capitalistas que estão no PMDB não têm absolutamente esta intenção e são eles que dão o recheio, o conteúdo deste partido.

— É sabido que o PT na Universidade possui muitas bases, mas desarticuladas. Como você pretende tratar esta questão durante as eleições?

Américo: Este é o objetivo principal da minha campanha. Conseguir esta articulação. Em primeiro lugar, a nucleação dos petistas para levar avante a campanha do PT como um conjunto. Há muito o que fazer. É necessário aproveitar este período eleitoral para novamente reavivar o debate político na Universidade. As manobras políticas do governo foram tantas e tão rápidas que até mesmo a maioria dos universitários não se apercebeu do seu caráter. Temas como ecologia, juventude, movimento operário foram esquecidos durante muito tempo, principalmente em função da situação geral de refluxo do movimento estudantil. Pretendemos, além disso, durante a campanha conseguirmos formas mais efetivas de vinculação do movimento estudantil com os movimentos populares.

— Você falou em juventude. O fato de você ser jovem e estudante não pode atrapalhar sua candidatura?

Américo: A juventude tem direito a participação política. Nós temos idéias sobre arte, cultura, sobre a moral, sobre sexo, sobre drogas que queremos que sejam ouvidas. Essa história de que político tem que andar de terno, sapatos lustrosos, é

muito conservadora. Nós pretendemos discutir todas estas idéias durante a campanha. Queremos quebrar o conservadorismo que impera em amplíssimas faixas da sociedade.

Quanto ao fato de ser estudante, entendendo também o oposto. Nós, os estudantes, somos uma das parcelas mais mobilizadas e inquietas da sociedade. Queremos levar nossas idéias o mais longe possível, lutar por elas em todas as frentes. Entendo que um parlamentar estudantil só reforça a luta existente na Universidade.

— Bem, mas algumas pessoas dizem que o movimento estudantil não tem mais?

Américo: Francamente, esta é uma afirmação obtusa. Nós, os estudantes, estamos naquele lugar onde a burguesia procura formar seus quadros, procura transmitir sua ideologia, procura preparar as pessoas que vão gerir muitos dos seus negócios. Nesta instituição acredito que o movimento estudantil consegue muita coisa. Consegue transformar a cabeça de muitas pessoas, consegue aumentar enormemente os efetivos do PT e de quase todas as correntes políticas,

contribui para a efetivação de um clima de liberdade que ajuda até mesmo na produção científica que auxilia o proletariado. E mesmo como movimento de massas cumpre um papel importante.

— Como a sua campanha pretende se vincular com os grandes problemas da educação em nosso país?

Américo — A educação reflete todo o processo vivido pela sociedade brasileira nos últimos dezoito anos. A redução drástica dos investimentos do governo neste setor que não chega a receber hoje 5% do orçamento da União, a proliferação do ensino pago que abrange 80% do ensino superior e 50% do ensino secundário são os indicadores desta situação. Por outro lado, a elitização do acesso ao ensino (não mais que 3,4% dos jovens chegam à universidade) significa que ao estado burguês não interessa a educação da classe trabalhadora, da juventude, a extensão do ensino público e gratuito a todas as camadas da população. A meu ver, somente os petistas, membros de um partido que não têm vínculos com burguesia, podem desenvolver as lutas universitárias a fundo, no sentido que interessa os trabalhadores.



JT MAIS MILITANTE

O último **Jornal dos Trabalhadores**, edição n.º 9, começa a corrigir a defasagem que o órgão vinha manifestando em relação às posições do partido sobre o movimento sindical, em particular sobre a CONCLAT. Ainda num tom mais brando que as próprias manifestações partidárias, ao tratar, o golpe desferido pela Comissão pró-CUT adiando a CONCLAT para 83, no entanto o JT traz já na capa, em destaque, a posição do ENCLAT gaúcho, e dedica quase duas páginas internas ao tema. Numa, sobre o movimento sindical, reporta os últimos ENCLATS; e noutra, sobre os acontecimentos da vida interna do partido, trata longamente do Encontro Nacional dos Sindicalistas petistas. A cobertura termina reproduzindo várias decisões tomadas pelos sindicalistas petistas, entre elas: "maior espaço, no **Jornal dos Trabalhadores**, para a divulgação das posições do PT sobre questões sindicais".

Dentro desta mesma linha, mais crítica, atuante e partidária, o jornal também inova ao tratar os acontecimentos estudantis. A cobertura do último CONEB, onde posições puxadas por petistas alcançaram ampla vitória, apresenta um tom mais posicionado, ainda que também um tanto aquém daquele expresso e desejado pelos próprios militantes.

Mas de qualquer forma esta mudança que se inicia é salutar e positiva. É hora de um JT mais militante e engajado nas lutas do partido!

VOZ ENGASGADA NO ENCLAT/SP

Simplesmente asquerosa a enxurrada de mentiras, deturpações e tergiversações da **Voz da Unidade** desta semana para inverter a realidade dos fatos, a partir dos acontecimentos do ENCLAT paulista que repudiou com a maior veemência o golpe da Comissão pró-CUT sobre a CONCLAT. A cobertura chega ao escândalo de tratar os sindicalistas paulistas simpáticos ao adiamento da CONCLAT designando-os pelos seus cargos nos respectivos sindicatos (fulano de tal, presidente de tal sindicato; beltrano de tal, secretário etc) e nominar os demais, a maioria, os contrários ao adiamento, simplesmente pela designação de suas categorias (fulano, metalúrgico; beltrano, químico etc) numa tentativa mesquinha e pelega de rebaixar a importância e legitimidade destes últimos.

Sem um momento sequer enfrentar a verdade dos fatos, de seu golpe na pró-CUT e sua derrota neste ENCLAT, o **Voz**, em editorial na página três, não encontra outro caminho para sua versão das coisas senão na tradicional arrogância e presunção dos "comunistas" e num linguajar embolado e elitista, pretensamente cheio de autoridade: "Dentre as forças do trabalho, os comunistas se constituíram, pelas suas batalhas no passado e pela sua luta presente, como a corrente de pensamento e ação mais compromissada com a renovação, com a consolidação e a ampliação da unidade sindical — e tanto é verdade que a própria massa trabalhadora, às vezes de forma até apressada (pasmem-se) identifica a exigência objetiva da unidade do movimento

sindical com a política dos comunistas... conjurar a ameaça da divisão é reconhecer que a unidade é um processo dialético de convergência e síntese, de elaboração e luta na prática efetiva dos combates particulares (??)... Nós comunistas apostamos e investimos na unidade sindical — fizemo-lo no passado, fazemo-lo no presente, fazemo-lo no futuro" (!!!).

Mas este blá blá blá não convence nem os redatores do próprio jornal os quais, fora do editorial, mais adiante nas páginas sindicais, deixam de lado esta filosofia barata e partem prá única linguagem coerente com suas posições recentes no movimento sindical: o baixo nível. Depois de linhas e linhas de críticas aos petistas, partidarizantes do movimento sindical, radicais, etc., concluem a matéria principal sobre o ENCLAT paulista da seguinte forma: "Ao final, uma passeata com a maioria dos delegados que votaram na CONCLAT-83 gritando em uníssono: 'É ou não é, piada de salão, social-democracia fazer revolução' deixava o recinto da ENCLAT".

TRIBUNA E CIA. PELEGA

A **Tribuna** deixou de lado qualquer veledade combativa e cerrou fileiras com os pelegos, reformistas e demais adiadores da CONCLAT. Sua última edição cai de pau sobre as deliberações do ENCLAT paulista, particularmente sobre o PT que, de pequeno partido sem maior expressão no movimento sindical, de repente se vê trazido a contragosto dos próprios redatores à posição de força hegemônica no movimento sindical do maior estado do país.

Mas o que propõem os tribuneiros, poderia se perguntar? Nada, é o que se infere do jornal. "Não participar da reunião de agosto em São Bernardo é um primeiro passo... os sindicalistas consequentes tem que estar presentes, prestigiando a reunião da pró-CUT de setembro... precisam tomar a frente desta entidade combatendo os reformistas e pelegos (??). Como? A **Tribuna** não se preocupa com este aspecto (menor?) do problema. Sua preocupação central, é agora única no movimento sindical, é atacar o PT.

TRABALHO FESTEJA ENCLAT/SP

O **Trabalho** deitou e rolou em cima dos resultados da ENCLAT paulista. Capa de alto a baixo, com a manchete "CONCLAT/82". E dentro do jornal quatro páginas integralmente dedicadas ao acontecimento. A título de ilustração da polêmica sobre o adiamento ou não da CONCLAT o **Trabalho** traz uma tabela onde se computam, a nível dos ENCLATS até então realizados, os votos a favor e contra o adiamento decidido pela Comissão pró-CUT: A favor do adiamento — 823; Contra o adiamento — 2671. Isto de um total de 12 ENCLATS.

SÃO PAULO: FALA FREI BETTO

A edição atual de **O São Paulo** traz na sua última página uma longa entrevista com Frei Betto, a propósito do lançamento recente de mais um livro de sua autoria "Batismo de sangue — os dominicanos e a morte de Carlos Marigela". Na entrevista, entre outros temas, Frei Betto é perguntado pelo PT. E explica sua posição individual: "Tenho sido apontado como alguém que tem 'fascinação pelo partido'. E isso é verdade. Não sou filiado ao PT nem participo de suas reuniões, mas vejo nele a expressão política da parcela mais combativa da classe trabalhadora brasileira. Por isso darei a ele o meu voto pois penso que devemos reforçar as poucas ferramentas que os pequenos deste país possuem... Não me filio a partidos porque como religioso e como agente pastoral, quero preservar minha identidade como homem de igreja. Mas defendendo não só o direito como o dever de os militantes cristãos optarem pelo partido da preferência deles sem que isso crie nenhum problema com sua militância pastoral".

A estratégia revolucionária de conquista do poder

A experiência de diversos processos revolucionários neste século têm mostrado duas possibilidades básicas de destruição do Estado burguês e da conquista de poder pelos trabalhadores: a "greve geral insurrecional", forma clássica desde a revolução russa, e a "guerra prolongada".

Nas edições anteriores, destacamos um aspecto básico que distingue a concepção marxista do Estado, isto é, que o Estado burguês não deve ser "ocupado" pelo movimento operário para realizar a construção do socialismo, mas sim destruído, e substituído por um outro aparelho de Estado, que torne possível o exercício pelos trabalhadores do poder.

Mas qual é a concepção sobre a forma de fazer-se esta destruição? Qual deve ser a estratégia defendida no interior do movimento operário e popular para chegar ao poder dos trabalhadores?

Marx avançou relativamente pouco sobre esta questão. A experiência que conheceu de poder operário — a Comuna de Paris — serviu de base sobretudo para a conceitualização do Estado operário (da "ditadura revolucionária do proletariado", como o chamou), mas pouco para a definição de uma estratégia de poder. A II Internacional, sem ter tido uma orientação clara sobre o assunto, se orientou progressivamente para uma linha parlamentarista — e depois de 1914 para integração completa nos diversos Estados burgueses.

O debate sobre uma estratégia revolucionária para o movimento operário se desenvolveu com as greves de massa ocorridas em diversos países no início do século (Rússia, Itália, Alemanha, Bélgica) e deu um salto decisivo com a revolução russa de 1917. Nesta primeira grande revolução proletária vitoriosa da história, os trabalhadores, através de grandes mobilizações e de greves. Construíram um poder alternativo de conselhos operários ("soviets"), conseguiram a desintegração e a adesão à causa revolucionária de grande parte do Exército e, finalmente, derrubaram o regime burguês com uma insurreição.

A partir desta experiência se delineava uma concepção revolucionária, contraposta à velha tática da social-democracia. O manifesto do I Congresso da Internacional Comunista (III Internacional), sob o impacto da revolução russa, definiu da seguinte maneira a estratégia geral de luta dos trabalhadores pelo poder:

"Em todos os países onde as massas trabalhadoras vivem uma vida consciente, formam-se hoje e se formarão soviets de deputados operários, soldados e camponeses. Fortificar os soviets, aumentar sua autoridade, opô-los ao aparelho governamental da burguesia, eis qual é agora o objetivo fundamental de todos os operários conscientes e leais de todos os países".

Este manifesto tinha certamente um otimismo um pouco simplista quanto à formação de soviets. Mas o fato é que definiu uma linha estratégica básica, e dividiu águas com a social-democracia.

A greve geral insurrecional

Desde então, a "greve geral insurrecional" é uma hipótese estratégica básica de conquista do poder.

Este termo não significa que haja necessariamente greve geral e insurreição simultâneas. O governo burguês pode desmoronar sem uma insurreição. Um movimento de massa poderoso pode deitá-lo abaixo, sem que haja exatamente uma greve geral. Mas a ação consciente



dos revolucionários deve ser consagrada a preparar as condições deste tipo de enfrentamento.

A greve geral resume a necessidade de auto-organização massiva e unitária nos lugares de trabalho, da apropriação dos instrumentos de produção e de comunicação, de sua colocação em funcionamento por conta da greve. Ela traz consigo os órgãos de luta que podem se tornar a armação de um novo poder.

A insurreição violenta não é uma escolha deliberada. Mas a preparação para ela é essencial. Daí, decorre a necessidade de acumular e centralizar todos os elementos que vão no sentido do armamento do proletariado, desde a ação de auto-defesa espontânea até a construção de milícias operárias e populares. Decorre também a necessidade de um trabalho constante junto aos soldados para desagregar o instrumento de repressão por excelência que é o exército, de neutralizar-lhe uma parte, de ganhar outra.

A guerra prolongada

Mas há uma outra hipótese estratégica de conquista do poder que conhecemos a partir da experiência de outros processos revolucionários: a da "guerra prolongada". Ela condensa a experiência das revoluções chinesa, vietnamita, iugoslava. Houve uma situação de qualidade de poder, isto é, de enfrentamento e coexistência em um certo período do poder operário nascente e do poder de Estado burguês em decomposição. Mas não revestiu a forma de uma situação de crise violenta entre dois poderes justapostos, mas sim de construção prolongada de uma dualidade de poder que se encarna no estabelecimento de territórios liberados e auto-administrados, e na formação de um exército de libertação.

Evidentemente, há condições precisas para que este tipo de "guerra prolongada" seja possível: um forte campesinato revolucionário, a existência da dominação colonial, com a colocação no primeiro plano de luta contra a ocupação.

Há ainda naturalmente, situações combinadas: em Cuba, na Nicarágua, a guerrilha rural se combinou com a greve geral e a insurreição urbana.

Finalmente, é importante sublinhar que há alguns traços comuns nos dois casos básicos considerados: a criação de uma situação de duplo poder (soviets em um caso, zonas liberadas em outro); e desintegração do exército burguês e a passagem de uma parte dos soldados para o campo da revolução.

No último fim-de-semana, dias 7 e 8 de agosto, foi realizado o II Enclat de Minas Gerais. Alguns aspectos do encontro foram importantes e significaram um avanço para o movimento sindical mineiro. Com 360 delegados inscritos, 120 entidades de todas as regiões do Estado, o que é significativo, considerando o impasse a nível da direção e coordenação que o sindicalismo mineiro viveu este ano.

Basta dizer que o encontro foi convocado com pouco mais de um mês de antecedência.

Uma decisão importante foi a eleição de uma Comissão pró-CUT composta de 25 membros sendo 13 do BH e 12 do interior, divididos em 6 regiões. Cada região deverá realizar mini-enclats e eleger dois representantes, sendo um urbano e um rural para compor a pró-CUT. Além disso, foi também apontada a criação de pró-CUT, regionais e municipais, compostas de um representante das diretorias dos sindicatos filiados à intersindical e representantes da base, eleitos proporcionalmente ao número de trabalhadores na categoria.

Estrutura horizontal

A composição da Comissão eleita abarca todas as correntes do sindicalismo mineiro o que, além do fato de ter sido eleita por maioria de votos em um Enclat, impede as manobras ocorridas no começo do ano, quando setores insatisfeitos com a composição de uma comissão eleita deram um golpe para garantir a sua hegemonia. Finalmente, esta decisão esboça uma estrutura sindical horizontal e abre espaço para o fortalecimento da organização do movimento sob uma ótica democrática passando por cima das amarras da estrutura sindical vigente.

Entretanto nem tudo são louros, pois se as decisões expostas acima permitem ao movimento dar um passo adiante, o restante do Enclat seguiu outro curso. A discussão do plano de lutas ficou prejudicada dada a necessidade de discutir o impasse em que a comissão nacional pró-CUT jogou o movimento sindical brasileiro, quando adiou o Conclat e decidiu se auto reformar.

Enclat/MG Um passo adiante, três passos atrás

Formou-se uma intersindical unitária e democrática, mas venceu a proposta do adiamento do Conclat, não se discutiu um plano de lutas e se endossou a reunião dos dias 11 e 12 de setembro.

Da Sucursal

Esta discussão ocupou quase todo o encontro. Ao final, decidiu-se, por expressiva maioria de votos, pelo adiamento da Conclat para 1983 referendando a decisão da comissão nacional. Uma estranha aliança foi formada no plenário

durante esta discussão entre pelegos, apoiadores do jornal *Tribuna Operária* e, pasmem, setores significativos do PT.

Radicalismo do discurso

De parte dos pelegos não há nenhuma novidade, mas os setores ligados à *Tribuna Operária*, que foram os grandes defensores do adiamento do Conclat, até três semanas atrás defendiam exatamente o contrário. Sua grande argumentação foi a unidade do movimento, que neste momento se transforma numa conciliação aberta com o reformismo e numa "Combativa" capitulação diante da decisão da Pró-CUT. Em síntese sob um discurso radical se prendem a aspectos burocráticos de respeito a decisões da cúpula do sindicalismo brasileiro.

E mais, tentam atropelar as bases, priorizando a aliança com o reformismo, colocando-se como seus porta-vozes já que nas Minas Gerais o *Hora do Povo* ensaia seus últimos estertores e a *Voz da Unidade* é uma ilustre desconhecida no movimento sindical.

Os petistas, contrários ao Conclat 82 argumentavam, junto com setores ligados à Igreja, que o movimento não acumulou forças para realizar o Conclat neste ano, que seria prematuro, correndo riscos de desmoralização. Uma visão que simplesmente fecha os olhos aos Enclats realizados em todo o país que reclamaram o Conclat este ano e a necessidade de retomar os rumos da construção da CUT apontados no ano passado.

Sindicatos rurais

Finalmente, cabe ressaltar o papel da Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Minas Gerais que tinha 1/3 do plenário e conseguiu fechar em um bloco todos os delegados rurais deixando transparecer que o voto pela realização do Conclat este ano significaria um enfrentamento com a CONTAG. Outra decisão tomada foi o aval à reunião de Brasília nos dias 11 e 12 de setembro, vencendo por 50 votos a proposta de comparecimento à plenária intersindical dos dias 28/29.

Quebra da unidade do PT

O quadro de impasse do movimento sindical com difíceis caminhos que passam por desvios como a divisão do movimento em organismos distintos ou a capitulação frente aos constantes golpes dos reformistas e pelegos cria uma responsabilidade inédita na recente história do Partido dos Trabalhadores.

Se hoje o movimento sindical está polarizado em dois grandes blocos cuja abrangência é maior que a dos partidos, é também inegável que os militantes do PT constituem a esmagadora maioria do que hoje é chamado de bloco combativo no movimento sindical.

Nascido da luta real dos trabalhadores, o PT tem a responsabilidade política de fazer avançar essa luta e garantir a democracia operária. Para isso é necessário que de uma vez por todas se assumam como partido, elabore linhas e propostas claras, organize seus militantes e cobre a atuação daqueles que vacilam ao encaminhar as decisões democráticas dos trabalhadores e do próprio partido.

Sem dúvida que alguns passos já foram dados nesse sentido, com os Encontros Estaduais e Nacional de Sindicalistas do PT, principalmente este último onde foram tomadas resoluções que orientaram a intervenção dos militantes em suas categorias e nos Enclats.

No entanto a autoridade do partido ainda é frágil, fruto de uma precária organização interna de seus militantes. As decisões do encontro não foram cumpridas por uma boa parcela dos militantes em Minas Gerais que descumpriram inclusive os princípios do partido ao desrespeitar a democracia do movimento, capitulando diante do golpe dos reformistas e pelegos, concordando com o adiamento do Conclat para 83.

No Enclat de S. Paulo os petistas tiveram que engolir em seco as acusações feitas pelos reformistas e pelegos a Lula e outros sindicalistas do PT pelas suas repetidas ausências às reuniões da comissão nacional pró-CUT. Tiveram também que lutar internamente para conter setores que resolveram correr em faixa própria, como os adeptos do jornal *Convergência Socialista*, que propuseram que o Enclat resolvesse pelo voto no PT — que foi retirado no final — ou ainda quando resolveram lançar uma chapa própria à comissão pró-CUT estadual, que não pôde ser votada por contar com apenas sete apoiadores em todo o plenário.

Fatos como estes desgastam os militantes do PT e o partido como um todo. Além de minar a sua capacidade de atuar nos movimentos.

A modernização dos "pelegos" e a política dos petistas

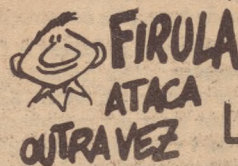
Por Régis Moraes

Já há algum tempo estamos dizendo que a recomposição do movimento operário passa por duas linhas de ação: pela revitalização das lutas localizadas contra a política de recessão das empresas e do governo e, por outro lado, pelo avanço das articulações intersindicais. Essas duas linhas se combinam muitas vezes de modo contraditório.

Os resultados dos Enclats têm mostrado, por exemplo, um avanço do sindicalismo combativo, anti-burocrático e anti-pelego. Ao mesmo tempo, os sindicatos controlados ou influenciados por correntes reformistas têm sido levados a uma "modernização" visível. Quem olha a imprensa do sindicato metalúrgico da capital paulista, por exemplo, nota a sua tentativa de reproduzir, à sua maneira, as iniciativas de sindicatos "autênticos" como o de S. Bernardo, por exemplo.

O mesmo se pode dizer de sua prática de organização e sustentação de lutas localizadas, como é o caso da Haupt, Telefonken, Sharp, Fiel etc. É sem dúvida uma política contraditória. Por um lado, evidentemente, faz subir a estrela dos reformistas e mesmo de tradicionais pelegos, reforçando sua posição nas intersindicais. Por outro lado, o preço que eles têm que pagar é assumir um estilo de trabalho que, em certa medida, significa a possibilidade de um avanço do movimento operário, o que implica no reforço de uma política sindical autêntica.

Sem dúvida, para essa transformação foi importantíssima a pressão sentida pelos



Do Décio Malho ao Firula: uma adaptação aos novos tempos

reformistas diante do peso da oposição sindical nos votos que as fábricas depositaram nas últimas eleições. Foi igualmente importante o fato de que eles sentiram o impacto de lutas localizadas, como é o caso da Massey-Ferguson, onde a diretoria do sindicato foi marginalizada e repudiada pelos

importantes ainda o repúdio da categoria à proposta de pacto social da última campanha salarial. Sem essa pressão — fruto de uma política agressiva de oposição sindical — e sem a pressão da luta de classes, é impossível compreender a "mudança" dessas direções sindicais. Quem não percebe isso, corre o risco

de atribuir as mudanças apenas às intenções dos reformistas.

A necessidade da direção

Mas essa "modernização" só conseguirá ser positiva para o avanço de uma política sindical consequente se for acompanhada de uma direção consequente, planejada e organizada do sindicalismo combativo. Uma política de oposição não se faz exclusivamente em cima de nomes, mas em cima de posições e práticas, a partir de um princípio de repudiar a estrutura sindical, nas mais elementares normas que enforcam as entidades e nas iniciativas de organizar, unificar e generalizar as lutas. Uma outra política, de ausência, seria imobilista e portanto reforçaria o peleguismo, mesmo que essa não fosse a nossa intenção.

Muitos desses sindicatos — como o dos metalúrgicos da capital paulista — entram agora na reta de chegada de campanhas salariais. É urgente a realização de plenárias dos militantes petistas dessas categorias, no sentido de formular uma política clara, sem segredos de bastidores, que possa polarizar os sindicalistas combativos. Abandonar essa iniciativa, significa deixar ao sabor dos acontecimentos e às ordens da política reformista a condução do movimento. E portanto, abrir a porta a um retrocesso. Não existe avanço unitário e combativo do movimento operário sem democracia sindical. E a democracia se conquista e mantém com uma política (não apenas nomes) oposicionista organizada e clara.

Os trabalhadores paulistas dão mais um passo na luta contra o desemprego. Dessa vez foi a greve na fábrica da Telefunken, na zona sul de São Paulo, região da mais importante concentração operária da cidade.

Durante três dias, a partir do dia 30 de agosto, os trabalhadores sustentaram seu movimento, tendo pela frente um ostensivo cerco policial e no interior da fábrica a violenta segurança interna. Na segunda-feira pela manhã, cerca de 150 policiais impediam a passagem de qualquer pessoa pelas imediações da fábrica, fechando o quarteirão e provocando os trabalhadores, principalmente as mulheres, com dizeres do tipo: "que tal dar uma trepada comigo", com a clara intenção de tumultuar e abrir espaço para a pancadaria bem ao gosto destes servidores da "lei".

O Medo do "Facão"

O clima de insegurança dentro da Telefunken já vem desde o início de 81, com as primeiras grandes levas de demissões, iniciando o processo de transferência da fábrica para a zona franca de Manaus. Até dezembro de 80, havia 3651 trabalhadores que hoje não passam de mil. O "facão" tem sido uma constante deste então. A notícia que corria à boca pequena é que desta vez seriam mais de 600 demissões, ou seja, 60% dos trabalhadores, embora a Telefunken afirmasse que apenas 80 iriam pra rua, com a transferência de seu setor de televisores branco e preto.

Dispostos a não deixar barato dessa vez, os trabalhadores dirigidos pelo grupo de fábrica que vem se organizando desde o início de 81 procuraram o sindicato dos metalúrgicos e exigiram seu apoio desde o início do movimento e dessa vez o sindicato não negou fogo, esteve todos os dias na porta da fábrica e recusou-se a negociar em separado com os patrões nas duas vezes em que foi procurado.

Segundo os próprios trabalhadores, o positivo nas relações com o sindicato durante esta greve é que houve uma democratização de sua atuação, diferente de outros momentos de sua história. Tudo foi discutido e decidido as claras, nas assembleias ou nas discussões de avaliação com o grupo de fábrica, com o sindicato colocando pelo menos parte de sua "máquina" à disposição dos grevistas. Foram lançados por exemplo, dois jornais "O Metalúrgico" em edição extra durante o conflito.

Dos 20 trabalhadores que estiveram à frente da luta, a maioria era dos membros do grupo de fábrica, que também vem sofrendo baixas com as sucessivas demissões e outros, lideranças que surgiram no processo da greve.

A Greve no dia a dia

Na sexta-feira, o primeiro dia, numa manobra em que a surpresa foi essencial, a fábrica já amanheceu em greve, com o grupo de fábrica, diretores do sindicato e antigos operários da Telefunken, lideranças reconhecidas pelos trabalhadores no pátio de entrada, tentando convencer os ainda indecisos a não trabalhar. Pondo em prática o que eles

Greve na Telefunken/SP Luta Contra o desemprego

Os trabalhadores mostram mais uma vez que contra o desemprego não adianta medo e espinha dobrada. O melhor remédio é a luta. E o Sindicato, dessa vez, pressionado pelas bases assumiu o movimento.

Por Elvira de Oliveira



chamavam de aliciamento pacífico. Até o final da tarde, segundo os trabalhadores, a fábrica estava totalmente paralisada. A terceira assembleia do dia decidiu pela continuidade do movimento na segunda-feira.

Nesse dia, a barra pesou para os trabalhadores: forte esquema policial, a fábrica sitiada, os ônibus com os trabalhadores tendo que entrar direto no pátio interno. Dentro da fábrica a coisa também estava preta, quem

entrava era imediatamente considerado "prisioneiro", não saía nem para almoçar. A presença de deputados do PT e do PMDB e de vários jornalistas foi importante para que a segunda-feira não acabasse em pancadaria. Apenas alguns trabalhadores de base e dois sindicalistas trocaram tapas com a polícia.

Da fábrica, ninguém podia nem se aproximar e as assembleias com os trabalha-

São Paulo

Na reta final a briga dos químicos

Por Sérgio Ruckert

Nas eleições passadas, em 1979, a diretoria do sindicato passou seu tempo de campanha jogando dominó e cartas na sede. Não havia preocupação nenhuma, pois concorriam sozinhos. Tanto era assim que nas eleições é sabido que nunca dava quorum. Aumentavam o número de votos na calada da noite.

Vencendo a timidez

Desta vez, porém, a coisa mudou. Duas chapas concorrentes. Isso significa que a campanha nas portas de fábrica é o local mais adequado para a disputa e não mais as mesas de jogos. Membros da chapa 2 confessam que tiveram de superar sua timidez de "séculos" e ir para as portas de fábrica e criar mesmo que não tivessem material de propaganda nas mãos.

O seu último jornal (número 2), com o título de "O Nosso Sindicato Não é Teta" foi, em apenas uma semana, distribuído em mais de sessenta grandes fábricas, excetuando as pequenas, quando o número sobe a mais de duzentas. Essa capacidade de agitação e propaganda da chapa foi alcançada com um minucioso trabalho de mapeamento das empresas e sua distribuição em oito regiões

distintas em São Paulo, cada uma responsabilizada por um grupo de trabalho que conta com membros da oposição, simpatizantes no interior das empresas e grupos de apoio.

Porém nem tudo são rosas nessa campanha. A começar pela descrença que se verifica na categoria em relação às duas chapas, como dizem companheiros da chapa 2. "Eles nos dizem — afirma esse companheiro — que vocês são simpáticos, mas ficarão iguais a eles (a atual diretoria). Para nós trata-se agora de não somente vencer as eleições, mas de insuflar na categoria esperança de luta e confiança numa diretoria combativa, coisas que a categoria perdeu nestes últimos quinze anos em que viu sua participação sindical e política reduzida ao nada".

Com a campanha, a chapa 2 aprendeu a conhecer os problemas de fábrica a fábrica, geralmente os mais graves. Um exemplo, várias vezes repetido: "Quando lançamos o boletim de luta contra a insalubridade, nossa proposta principal era a de que a taxa deveria ser paga sobre o salário real e não sobre o mínimo, como é feito agora. Mas com a ida às

empresas, descobrimos que em muitas nem essa taxa mínima é sequer paga. Isso significa que nossa primeira luta deve voltar-se para o cumprimento desse pagamento".

Outros problemas vieram à tona nesses últimos dias. "Se perdermos as eleições — afirma uma companheira da chapa — será por roubo ou por falta de condições de trabalho de propaganda, a falta de apoio mais decidido que nos faltou. Creio que as eleições de novembro são uma das causas principais do mau funcionamento do apoio. Praticamente todos estão voltados para essa campanha, esquecendo-se do dia a dia do movimento sindical. Fizemos nossa campanha em cima do que não foi realizado pelo sindicato, enquanto que eles especializaram-se no ataque aos membros da chapa 2".

Também a parte assistencial do sindicato é explorada pelos atuais diretores, candidatos à reeleição. Uma forma de propaganda que pega na categoria, pois esta vê a assistência do sindicato como fruto do trabalho da diretoria, não sabendo que a lei (a CLT) é que obriga os sindicatos brasileiros a praticamente restringirem suas atividades à assistência. Utilizam-

dores foram impedidas na marra. Os diretores da fábrica se recusavam a negociar.

Na terça-feira se iniciaram as negociações, na DRT e até aquela altura ainda não havia nenhuma dispensa, nem dos 80 trabalhadores reconhecidos pela Telefunken. Na mesa de negociações se sentaram representantes dos patrões, do sindicato e o grupo de fábrica. A negociação foi feita, já com a fábrica funcionando, o que segundo os trabalhadores diminuiu sua margem de conquistas.

"Se ainda estivéssemos parados, tínhamos ganho mais, mas com toda a repressão não deu pra segurar". Mas o clima dentro da fábrica é de contentamento. Todos avaliam o movimento como vitorioso. Conseguiu-se sustar as demissões por um tempo, novos companheiros despertaram para a luta e, principalmente, foi a primeira luta que São Paulo levou contra o desemprego, respaldada pelo Sindicato, o que dá mais segurança para a categoria. A falha mais séria apontada pela liderança dos trabalhadores é que o sindicato não reivindicou a formação de uma organização permanente, uma comissão de fábrica permanente para a fábrica.

Francisco Carlos, de Souza, ex-empregado da firma e candidato a deputado estadual pelo PT, que esteve na direção da greve avalia, que desta vez o Sindicato "tomou medidas imediatas porque a Telefunken não é um caso isolado. O setor eletro-eletrônico corresponde a 23% da categoria e vem sofrendo transferências contínuas para Manaus. E desemprego nesta indústria causa uma bola de neve, pois muitas empresas trabalham para ela".

As Reivindicações dos Trabalhadores

Avaliando que não adiantaria lutar contra a transferência da fábrica para Manaus e consequentes demissões, os trabalhadores decidiram lutar por: aviso prévio de seis meses e meio para os demitidos e assistência médica garantida por mais um ano, além da estabilidade de um ano para os operários que permanecessem na fábrica, assim como para os funcionários da Sideltra, empresa do mesmo grupo.

O Acordo Conquistado

Após três horas e meia de negociações os trabalhadores conseguiram: a empresa abrirá uma lista de voluntários para as 80 demissões que fará. Caso os voluntários não atinjam os 80, a Telefunken completará as demissões por seus próprios critérios, mas assegurará aos demitidos emprego em outras fábricas do mesmo grupo.

Para os voluntários, a empresa garante uma indenização de um salário, além do aviso prévio. Para os que tem mais de 10 anos de firma ou mais de 50 anos de idade a indenização será de um mês e meio. A Telefunken se compromete também a não dispensar mais nenhum horista até dezembro e assegurar assistência médica por mais um mês, aos que serão demitidos agora. Este acordo não é extensivo à Sideltra, que não participou da greve.

se também de uma campanha racista: "No baile do sindicato, o presidente Waldomiro, dizia, mostrando alguns candidatos da chapa 2, que se esta vencesse, o sindicato seria dirigido por negros!".

Aproveitou, em um panfleto, para acusar dois membros da executiva da oposição, Domingos e Nilza, de receberem salários das multinacionais. Esqueceu-se de dizer que o contingente de mão-de-obra no setor químico e farmacêutico que recebe salários de multinacionais ultrapassa em muito os cinquenta por cento. Distribuam, nas fábricas, camisetas gratuitamente, tentando conquistar o coração do eleitorado. Esses os métodos da chapa 1, atual diretoria, auto-intitulada de "Renovação e Unidade" (?).

Para tanto receberam, no seu último jornal, o apoio de eminentes e conhecidos sindicalistas e políticos do estado, entre os quais: Luiz Carlos, presidente do Sindicato do Asseio de São Paulo (sindicato fantasma, que vive da contribuição dos empresários); Raimundo Rosa, dos padeiros, um dos mais notórios pelegos e traidores da classe operária de São Paulo; Antonio Toschi, conhecido pelego de Osasco, entre outros.

Rio Grande do Sul O PT vai à luta pelas prefeituras

EM TEMPO reuniu cinco candidatos do PT às prefeituras de quatro cidades da área metropolitana de Porto Alegre. Ao final, um rico e expressivo quadro das dificuldades, das propostas e do pique da campanha do PT a nível municipal. Experiência que certamente deve estar sendo vivida por centenas e centenas de petistas em todo o País.

Participantes: Leo Weber, candidato a vice-prefeito de S.S. do Cai; Gilmar Cardozo dos Santos, candidato a prefeito de Novo Hamburgo; Marlise Maria Grings, candidata a vice-prefeita de Novo Hamburgo; Luiz Emir Gomes Maciel, candidato a prefeito de Esteio; Maria Lorena de Aze vedo, candidata a prefeito de Portão.

Cidades:

Novo Hamburgo — 21 candidatos a vereadores 70 eleitores, profissões: Sapateiros, metalúrgicos, artefatos de couro, professor, motorista, funcionário municipal, etc).



Luiz Emir e Maria Lorena

Portão — 22 vereadores, 5 mil eleitores (maior número de candidatos em relação ao número de eleitores, profissões: sapateiros, bancários, professores, etc).

Esteio — 11 vereadores, 30 eleitores (profissões dos vereadores: metalúrgicos, artesões, peq. comerciantes, etc).

São Sebastião do Cai — 11 mil eleitores, 20 vereadores (profissões: agricultores, vigilantes, metalúrgicos).

— Como está a campanha eleitoral nas suas cidades?

Gilmar — A campanha eleitoral vai indo bem, em todos os municípios o PT está encaminhando uma campanha unitária. Em Novo Hamburgo, estamos fazendo boletins coletivos apresentando todos os candidatos a vereador, os candidatos majoritários e proporcionais. Estamos fazendo mutirões em vilas nos fins de semana, onde os militantes do PT participam, colocando a proposta do partido de casa em casa. No final da tarde, fazemos uma reunião com os moradores da vila ou do bairro para ver qual foi a receptividade dos moradores a nossas propostas.

Durante a semana fazemos campanha em portas de fábricas e obras da construção civil. Começamos com este trabalho na segunda quinzena de julho e já atingimos 25 fábricas de

caçados e três vilas. Também serão feitas reuniões organizadas por candidatos e militantes do partido em vários bairros e vilas para discussões políticas e da campanha.

Lorena — Em Portão, por ser um município onde o PT é formado essencialmente por trabalhadores, estamos tendo uma certa dificuldade em nossa organização. É difícil fazer uma campanha como a de Novo Hamburgo, mas esta é a nossa meta. Nossa campanha é feita praticamente nos domingos, onde os candidatos estão organizando grupos de apoio que passam nas ruas e nos vizinhos, levando a proposta do PT. Saimos de uma convenção recentemente e agora estamos nos organizando para a campanha eleitoral.

Luiz Emir — Em Esteio existe uma certa dificuldade da penetração massiva do PT em função de ser um reduto do trabalhismo que existe no município desde sua emancipação, onde se criou uma oligarquia na prefeitura municipal. Inclusive, os candidatos atuais do PMDB e PDT, já foram em outras ocasiões prefeitos ou vice prefeitos por um partido ou por outro. O fato é que a máquina da prefeitura está a serviço do candidato do PDT e o PMDB está investindo uma verdadeira fortuna no seu candidato, o que dificulta a penetração do PT. Temos tido resultados positivos com reuniões em casas de filiados com vizinhos e conhecidos em que participam de 10 a 15 pessoas, onde é discutida a proposta do PT, porque ela é diferente das dos demais partidos, colocando no segundo plano a questão eleitoral em si. Estas discussões serviram de subsídio para o encaminhamento de nosso programa municipal. Quando o material eleitoral ficar pronto, entraremos em um esquema de campanha do tipo que já foi falado pelos companheiros de Novo Hamburgo.

Leo — O que diferencia nosso município dos municípios dos companheiros, é que somos uma região essencialmente agrícola, com grande concentração de pequenos produtores rurais, embora na cidade e em outro distrito existam muitos trabalhadores que frequentem indústrias que não pertencem ao município. Isto nos leva a encontrar uma certa dificuldade para entrar em contato com estas pessoas. Temos usado como recurso reuniões em casas de companheiros e a receptividade é muito boa, as pessoas sentem que os problemas colocados pelo PT, são os que eles estão sofrendo dia a dia.

— Como surgiram e quais são as propostas do PT para as prefeituras? Qual a maneira de viabilizá-las?

Luiz Emir — Nós partimos de uma implantação em três vilas, onde surgiram propostas para o programa municipal, a partir de suas necessidades básicas. Todas as melhorias em nosso município privilegiam a zona central, deixando as vilas de lado. Um primeiro ponto é a participação dos trabalhadores na prefeitura. Pretendemos fazer uma



efetiva não só no sentido de sugestões mas também de deliberações. O canal de deliberação seria uma assembléia ou conselho popular que contaria com representantes de vilas e entidades sindicais. A este conselho caberiam deliberações principalmente quanto a questão orçamentária, decidir o que fazer com o dinheiro da prefeitura.

Na questão do transporte, propomos a abertura de linhas concorrentes na cidade, o que não existe, acontecendo um abuso por parte da única empresa em relação aos usuários. Também a criação de ônibus circulares, mas linhas e ônibus melhores. Pensamos também na criação de horas coletivas em terrenos da prefeitura ou que possam ser desapropriados e sua consequente comercialização.

Marlise — Em Novo Hamburgo fizemos uma pesquisa popular abrangendo vinte pontos, que foram respondidos por diversas pessoas, entidades, sindicatos, colégios e vilas. A partir destas respostas formulamos dez pontos para o programa municipal, que são: a consulta à população sobre todos os problemas; formar conselhos de moradores em todos os bairros e vilas; apoiar todos os movimentos populares e a organização independente dos trabalhadores nos sindicatos e nas associações; dar total prioridade para bairros e vilas; garantir infra-estrutura para todos; organizar os moradores para que eles exijam primeiramente transportes mais baratos e, em segundo lugar, lutar pela sua total estatização; construir postos de saúde nos bairros que fiquem sob a direção aos moradores, iniciar a construção de hospitais; construir creches em todos os bairros e vilas, exigir junto com os sindicatos que as fábricas com mais de cem funcionárias tenham creches; implantar uma educação libertadora, utilizando o método Paulo Freire, com a participação de pais, alunos e professores em todas as decisões; desapropriar áreas consideradas supérfluas e organizar um plano de habitação para todos.

Lorena — Para elaborar um plano de governo estamos começando a fazer uma



Gilmar e Marlise

pesquisa com moradores. O que estamos sentindo através dela é que o que está sendo mais questionado é a educação e o solo urbano. A prefeitura de Portão que é do PMDB tem se voltado para a classe média fazendo favores; só há ruas asfaltadas onde moram os burgueses, os patrões e, na periferia, nada. Mas como está em época de eleições mandaram passar a máquina só para fazer mais lodo e sujeira. Vamos recolher o resto dos questionários e em cima deles elaborar o programa.

Léo — Como nosso município é essencialmente constituído de pequenos agricultores que tem lavoura de subsistência, temos que privilegiar as suas questões. A prefeitura através de uma atuação conjunta com estes produtores poderia resolver em grande parte seus problemas, fornecendo técnicos de nível médio ligados a área e também agrônomos. Como a comercialização destes produtos é difícil por falta de estradas para levarem a produção para as feiras do município e para Porto Alegre, os produtores ficam nas mãos de pessoas ou empresas que chegam a estes locais e compram a produção por um preço muito baixo. Por isto, a construção e melhoria de estradas resolveria o problema.

Sugerimos que haja agrupamentos em pequenas cooperativas familiares que se desvinculem dos esquemas das grandes cooperativas comerciais que não têm dado resultado.

PT / Nova Friburgo A comunidade no poder

Por Ricardo Alves



Lia Faria é professora, ex-diretora do Centro Estadual de Professores e da direção regional do Partido dos Trabalhadores. É também candidata a prefeitura de Nova Friburgo, Rio de Janeiro.

— Lia, como foi o surgimento do PT em Friburgo e o seu ingresso no partido?

Lia — Bem, Nova Friburgo é um município da região serrana fluminense com 120 mil habitantes. Antes mesmo do surgimento do PT, já havia alguma organização de base na cidade. Os primeiros núcleos do PT foram formados pelos professores e, neste processo, me engajei na construção do partido. A partir

daí também se organizaram o movimento negro, que é muito forte em Friburgo, o movimento de mulheres, o movimento estudantil e as associações de moradores, num total de 25 organizadas em um ano e meio.

— Que papel o PT desempenhou em todo este processo de organização?

Lia — Olha, o PT sempre esteve presente, impulsionando as lutas, atuando como partido, coisa que nenhum outro fez em Nova Friburgo. Nesse período, o PT vem se fortalecendo a olhos vistos no município.

— Lia, nessa campanha eleitoral, o que está sendo prioritário para vocês?

Lia — Para nós, o prioritário é continuar fazendo o que viemos fazendo até aqui, ou seja, organizar os trabalhadores e a população de uma forma geral, estimular a sua luta por terra, trabalho e liberdade, pelo fim da ditadura militar. Um dos pontos fundamentais de nossa plataforma municipal é a palavra de ordem "A comunidade no poder", que traduz a proposta de conselhos comunitários para gerir o município. Um governo do PT só pode ser dessa forma e é assim que em Nova Friburgo vai dar PT na prefeitura.

Francisca da Silva

Uma vida, um compromisso e uma esperança

— Conta um pouco da história das suas lutas.

Francisca: Em 1972, Santana de Mangueira, na Paraíba, onde eu morava passou a ser cidade e então eu ajudei a fundar o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município, junto com meu irmão. A gente saiu delegado sindical pelo município e fazia um trabalho de despertar a confiança do trabalhador rural, de conhecer seus direitos.

Em 1976, meu marido veio para São Paulo, porque lá tava tudo muito seco. Com dois meses aqui ele foi atropelado, e então eu vim. Deixei minhas seis crianças com meus pais. Eu fui para o bairro do Grajaú, com uma família que eu já conhecia de Pernambuco, e acabei conseguindo emprego numa firma de borracha do Socorro. Aluguei uma casa e, depois de sete meses, consegui dinheiro emprestado e fui buscar as crianças. Depois de um ano não consegui mais pagar o aluguel. Vendi a casinha que eu tinha em Serra Talhada, comprei madeira e fiz um barraco. É lá que eu estou até hoje.

Minha participação aqui começou numa missa. Na hora da Oração dos Fiéis eu fiz uma oração pelos trabalhadores. O Padre Luís, me chamou prá conversar e desde lá não largou mais o pé. Em 75 e 76 teve uma luta por ônibus na região, que foi a primeira que eu entrei aqui. Em 76, através do Clube de Mães da Cidade Dutra, participei da fundação do Movimento do Custo de Vida, que foi em 77 e 78.

Desde 77 que eu trabalhava como metalúrgica na Brasimet e assumi a campanha salarial em 1978. No ano seguinte, ajudei a preparar o início das primeiras greves, mas não participei porque mataram meu irmão, Raimundo, e eu viajei prá lá.

Ele era presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Serra Talhada, e tinha sido jurado pelo fazendeiro Custório Conrado, de Santa Rita. Nós nunca conseguimos encontrar o homem, mas sabemos que foi mandado pelo patrão.

— E o movimento de favelas?

Francisca: Em 1979, a gente já vinha

Paraibana, mulher, favelada. Ex-trabalhadora rural, ex-metalúrgica, alfabetizadora desde os 15 anos. Francisca da Silva, candidata do PT a deputada Federal em São Paulo fala aqui da história de sua vida, de seus vinte anos de lutas.

Entrevista a Marília Carvalho

participando da preparação do Encontro do Movimento de Favelas a nível de São Paulo. Trabalhamos a nível do Setor de Interlagos, onde a gente está até hoje, reunindo até 74 pessoas toda semana. Além disso participo da Pastoral Operária e sou delegada da ANAMPOS — Popular. E, junto com os favelados, descobrimos a importância e organizamos um movimento de alfabetização. Onde o monitor é escolhido pelos próprios favelados.

— Você encontrou dificuldades maiores na luta e na vida por ser mulher?

Francisca: Quando era delegada sindical, muitas vezes eu não achei companhia para ir para a cidade. Andava 18 km até a minha casa, de cavalo, às vezes com uma criança. Eu fui muito criticada. Era mais os homens. Diziam que eu não era mulher séria, onde já se viu fazer um serviço desse. As outras mulheres só saíam com o marido do lado. Lá no interior agora tá mais civilizado, mas antes a mulher não podia nem andar limpa, trocar de roupa todo dia. Diziam que tava era caçando homem. Quando eu sai já deixei uma transformação, mas foi à custa do meu próprio espinhaço. A primeira calça cumprida que eu pus, por exemplo, meu cunhado perguntou: "Seu marido já virou cornão?" Isso foi por volta de 1970.

— E aqui em São Paulo?

Francisca: Nas fábricas tem uma visão do dono das fábricas, seus filhos e o gerente que qualquer mulher que entrar lá, se for bonitinha, tem que sair com qualquer um. Isso aconteceu comigo.



Com uns três dias que eu trabalhava na Linhatex, um dos donos, o Sr. José, chegou para mim e disse que ia me deixar em casa de carro, essas coisas. Eu disse pra ele ir tomar vergonha na cara. Que eu não tinha conseguido emprego com documento de casada e então tinha entrado com documento de solteira: mas que eu era casada, sim, se quizesse me mandar embora que mandasse. Perguntei para ele se mulher casada aqui em São Paulo não comia, porque ninguém dava emprego pra mulher casada.

— Há quem, como a União de Mulheres de São Paulo e a Federação das Mulheres Paulista, afirme que a luta por direitos iguais não interessa à mulher do povo, à mulher favelada. Que ela está preocupada é só com a luta pelo salário, por melhores condições de vida. O que você acha disso?

Francisca: Imagina! Mulher que mora na favela é muito mais discriminada, é vista como uma mulher qualquer, não

merece o mesmo respeito. A pessoa que fala que a mulher de favela só está preocupada com o salário, as condições de vida e de moradia, com a creche para o filho dela, é mentira. Ela é mulher como as outras, tem o mesmo sexo e a mesma beleza que as outras. Isso é discriminar ela mais ainda. A mulher é discriminada e tem preocupação com essa discriminação. Ela quer ser respeitada como mulher.

— E seus filhos, seu marido? Como vêm a sua participação nas lutas?

Francisca: Quando eu comecei aqui em São Paulo, levava sempre uma criança comigo, porque tinha medo, tinha que pegar quatro ônibus. Tem um que me acompanhava sempre e perdeu até aula. Hoje ele participa da Pastoral Operária, do movimento de favelas, do PT, está participando da minha campanha. Meu marido, eu tive problemas. Quando comecei, ele ficava de cara feia, ficava às vezes dois dias sem falar comigo. Ele chegou a participar da Pastoral Operária, mas vivia muito doente. Um dia, falaram com ele que na Igreja Messiânica ele se curava e diz ele que curou mesmo. Por causa dessa alienação dessa Igreja, ele deixou de participar. Hoje ele acha que seu eu gosto, eu devo participar, que é preciso participar.

— E sobre a sua candidatura?

Francisca: Aceitei porque eu senti a candidatura como uma missão para fazer desse espaço da campanha eleitoral um espaço de mobilização das lutas já existentes. A gente vai lutar com a intenção de ganhar, mas não tenho interesse de eleger. O interesse é ser uma das peças de organização do partido.

— As mulheres estão se mobilizando em torno da sua candidatura?

Francisca: Aonde eu vou, nas reuniões, sempre a maioria é mulher. Eu sinto no rosto delas que elas estão contentes porque uma mulher está sendo candidata. Elas estão aparecendo mais depois da minha candidatura, sentindo mais segurança para participar. Criou-se um grupo de mulheres para apoiar e no bairro tem as companheiras da Associação de Mulheres do Grajaú, que me apoiam.

A constituinte na PUC-SP

Após as eleições diretas para a reitoria e chefias de departamentos, a democratização da PUC avança com a Constituinte para reescrever os estatutos e com a participação paritária alcançada pelos estudantes.

Por Mauro D. Cukierkoru

A PUC de São Paulo é a universidade brasileira onde o processo de democratização interna mais avançou. Há dois anos, por iniciativa da Cúria Metropolitana de São Paulo foram realizadas eleições diretas para a reitoria, num processo onde a comunidade universitária elegeu nas urnas uma lista sêxtupla e Dom Paulo Evaristo Arns referendou a candidata mais votada, Nadir Kfoury. De lá para cá, todos os demais postos acadêmicos de chefia tiveram eleições no mesmo estilo.

Mais do que isso, desde meados de julho funciona na PUC uma Assembléia Constituinte com delegados eleitos entre os professores, funcionários e estudantes com o objetivo de reescrever os atuais estatutos, adequando-os ao processo de democratização.

O início dos trabalhos da Constituinte foi logo após a eleição da

chapa **O inverno foi deles, a primavera será nossa** (baseada no PT e de oposição à política da diretoria da UNE) para a diretoria do DCE. A nova diretoria reivindicou ao Conselho Universitário da PUC um **adiamento** nesse início argumentando que a Constituinte não era uma simples comissão para modificar os estatutos, mas sim um ato político de grande responsabilidade e que a discussão entre os estudantes tinha sido extremamente precária. Reivindicou também a **paridade** entre as categorias (existiam 26 delegados dos professores, 15 dos estudantes e 11 dos funcionários) **autonomia** da Constituinte e um **plebiscito** após esta para referendar ou não suas conclusões.

Argumentando que a Constituinte já tinha sido adiada várias vezes e devido à urgência do novo estatuto, o Conselho Universitário aprovou a

divisão desta em duas fases, no sentido de dar tempo aos estudantes de realizar a necessária discussão sem haver atrasos nos trabalhos. Uma fase, do início destes ao início das aulas, de estudos, com os 15 delegados estudantis como observadores. Outra, do início das aulas até o final da Constituinte, de deliberação. Mas, apesar de fazer isso, o conselho negou as reivindicações de paridade, autonomia e o plebiscito.

O início das aulas

Quando as aulas começaram, foi realizado um Conselho de Centros Acadêmicos (CCA) do DCE da PUC que reafirmou as reivindicações e decidiu que os estudantes elegeriam 26 delegados próprios como forma de se fazer pressão e conquistar a paridade. Foram feitas várias assembleias bastante massi-

vas e em todas elas as reivindicações dos estudantes foram reafirmadas.

Após pressões e contra-pressões, a paridade acabou vindo, na forma de voto proporcional (os votos dos delegados de cada categoria têm peso diferentes, de tal forma que apesar de haver números diferentes de delegados estudantis, dos professores e dos funcionários, cada categoria tem 1/3 do total dos votos).

Essa foi a primeira vitória dos estudantes da PUC no processo. Agora é aprofundar a discussão sobre a estrutura, objetivos e autonomia da Universidade, sem esquecer das reivindicações de autonomia, plebiscito nem dos temas mais "polêmicos" como congelamento das anuidades. Como já se dizia na PUC, o inverno está acabando, a primavera começando...

A luta do restaurante

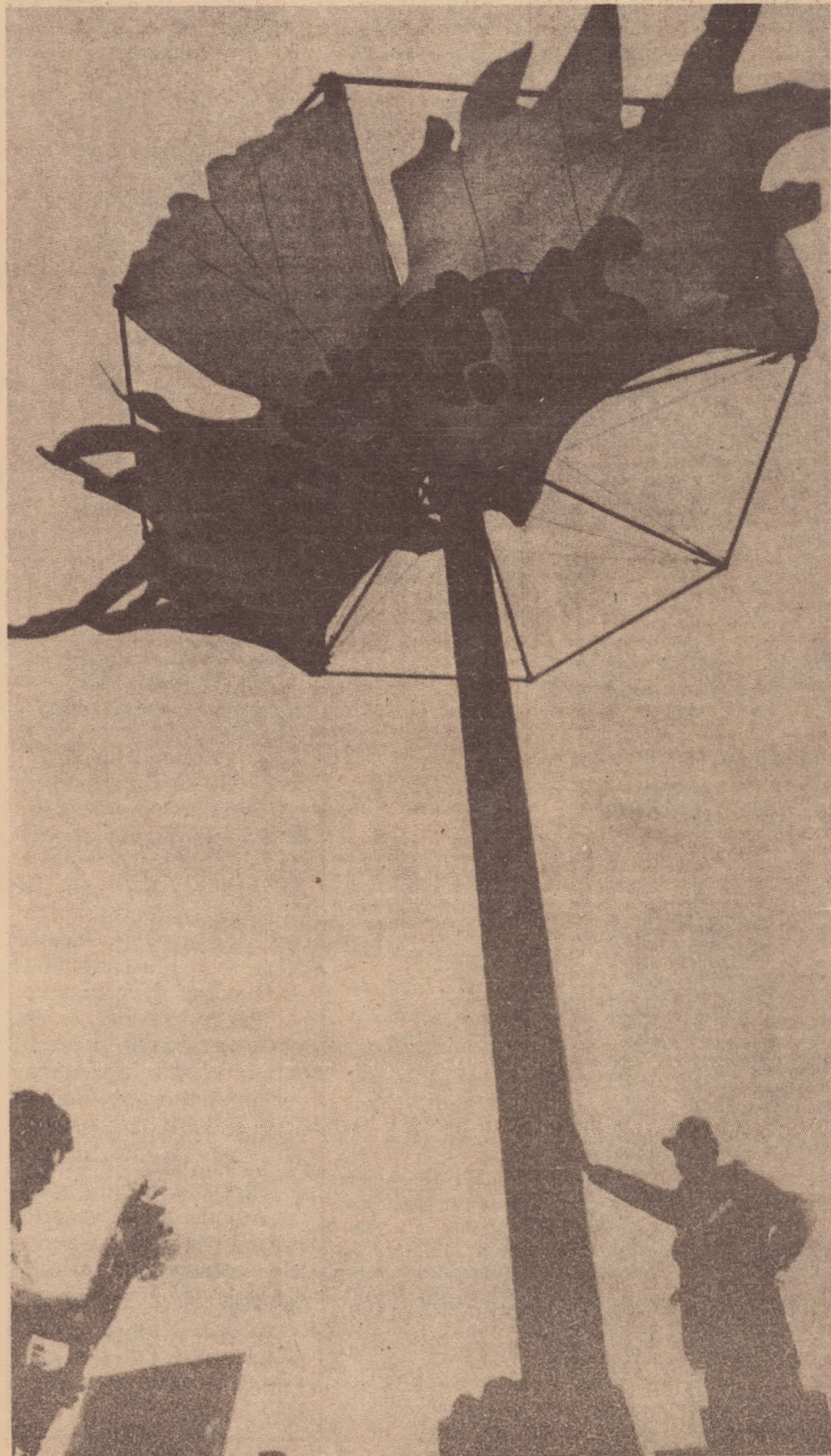
Na Universidade Federal de Goiás os estudantes estão em luta contra a portaria do MEC sobre os restaurantes universitários. Não aceitando o reajuste semestral baseado no INPC que essa portaria determina, o DCE encaminhou um caixa paralelo durante o almoço do dia 9 de agosto, cobrando o preço antigo. Como a reitoria decidiu retirar os funcionários, os próprios estudantes serviram a refeição. A reitoria se negou a aceitar o dinheiro arrecadado recebido pelo caixa paralelo e começou a esvaziar a dispensa do restaurante. Agora, a luta continua, como o Conselho de Entidades de Base do DCE se reunindo

Polônia:

E os operários já discutem

Nas fábricas, nas casas, nas escolas a Polônia clandestina age e trama. Oito meses após o golpe militar de 13 de dezembro, o Solidariedade continua ativo na resistência: comitês inter-fábricas, jornais e até mesmo uma rádio operando da clandestinidade que o governo não conseguiu dismantlar. Após as greves localizadas e manifestações de rua duramente reprimidas, os principais dirigentes do Solidariedade ainda em liberdade discutem a sua estratégia perante o poder burocrático. Através de excertos do debate travado na imprensa clandestina, podemos acompanhar o amadurecimento da consciência dos operários que já começam a criar comissões "operários-soldados" e a desenvolver um trabalho de agitação junto aos soldados do Exército.

Por Wagner Cardoso



A recente medida de "anistia parcial" declarada em 21 de julho último, em nada serviu para "acalmar os ânimos" do povo. Centenas de presos foram libertados dos cárceres e dos campos de concentração, mas nenhum deles fazia parte dos dirigentes médios do Solidariedade.

Mas, a "Polônia clandestina", com bem diz Zbigniew Bujak, um de seus principais dirigentes, continua agindo. Um sinal disso, foi o anúncio por parte do governo, há umas quatro semanas, através da televisão de Varsóvia, de que "conseguiu dismantlar a Rádio-Solidariedade. Uma semana depois, essa emissora clandestina que transmite para toda a região da capital, voltava a funcionar, com um programa anunciado por milhares de panfletos impressos pelo sindicato. Outro fato igualmente expressivo, foi a declaração do ministro do Interior, o general Kiszczak, nas páginas da revista semanal do POUP. *Polytika*, dizendo que "seria benevolente com os militantes que quisessem renunciar às suas atividades "ilegais". O tal general chegou mesmo a oferecer um salvo-conduto para Z. Bujak, para negociar uma trégua, face a face.

Do lado do Solidariedade e dos milhares de trabalhadores que constroem e difundem a infindável imprensa clandestina, as exigências ainda são as mesmas para se travar um acordo com os burocratas: a suspensão do estado de guerra, a libertação de todos os prisioneiros e a restauração das liberdades sindicais e democráticas em geral, a volta à legalidade do Solidariedade.

Nesse processo de guerra, declarado pelos governantes, contra os trabalhadores, uma das questões mais importantes, além da dura luta quotidiana, é o salto qualitativo dado pelas direções do Solidariedade. Hoje, nas milhares de publicações clandestinas — jornais e panfletos — a necessidade de compreender-se "o porquê do golpe", "quais foram os erros cometidos", e principalmente "o que fazer?", dão o tom do verdadeiro balanço feito por amplos setores de direção.

Lições preciosas

"Se o poder rejeitar nossa tentativa de acordo, o sindicato se verá obrigado a recorrer uma vez mais à diversos meios de pressão, inclusive utilizando-se da greve geral. O período de suspensão das greves será utilizado para reforçar e desenvolver as estruturas organizacionais e preparar o sindicato para a greve geral se necessário. Passos concretos são necessários para demonstrar nossa vontade de diálogo, mas agindo com força, unidade, disciplina e habilidade no plano organizacional e da resistência face às provocações". Esse texto assinado por Z. Bujak, W. Frasyński, W. Hardek e Bogdan Lis, sob o nome de **Chamamento à sociedade**, conclamando os trabalhadores a suspender as greves e manifestações de rua até o final de julho, dava mostras de como os representantes da Comissão Provisória de Coordenação do Solidariedade ao nível nacional, viam o processo de resistência. A rapidez dos debates e da definição de posições é assustadora, principalmente partindo de Bujak, que há algumas semanas ainda era reticente quanto a qualquer tipo de ação nacional e mais centralizada.

Contrariamente ao que parece, esse "apelo à calma", traduzido pela proposta de suspender as greves curtas e dispersas assim como as manifestações de rua, longe de implicar em um recuo da mobilização, responde às conclusões extraídas em inúmeras regiões após os enfrentamentos de rua em maio e junho. Como que dando mais força a esse argumento, um boletim de Cracóvia afirma: "Uma multidão que foi dispersada várias vezes pode perder a confiança e se deixar dominar por um sentimento de impotência e de pânico. Foi isso que constatamos após as manifestações do 13 de maio, no momento em que a multidão se dispersava e no qual os agentes da polícia secreta (SB) prendiam sem resistência várias pessoas, as mesmas que

horas antes atacavam os caminhões de jato d'água. Após o 13 de maio, não mais houve manifestações e as inscrições nas paredes diminuíram bastante. Isto mostra que a sociedade necessitava muito tempo para recuperar-se do choque vivido."

Quanto às greves de quinze minutos, que no início tiveram muito sucesso (as pesquisas indicavam que 70 a 80% das empresas da região de Varsóvia participaram do 13 de maio), tiveram um custo tão elevado que semearam dúvidas nas cabeças dos trabalhadores, quanto a sua eficácia. Exemplo disso, foi o que ocorreu na fábrica de helicópteros Swidnik, na região de Lublin: mil dentre dez mil trabalhadores foram despedidos após a greve.

A greve geral

Já há algumas semanas, corre o debate abordando a necessidade de uma coordenação da ação nas empresas de uma mesma região — em particular, estruturando um sistema autônomo de ligações radiofônicas — e a organização da auto-defesa nas fábricas, capaz de desempenhar um papel fundamental na greve geral.

Um outro boletim clandestino, publicado em Varsóvia, em 31 de maio dizia: "Aprendendo com os erros cometidos anteriormente (antes de dezembro), quando contávamos tão somente com a força dos números mágicos de nossos 10 milhões na eventualidade de confrontação com o poder: agora podemos preparar um real plano de resistência ofensivo". Ou então: "O medo de ser acusado de inclinações terroristas (a propaganda do regime faz de tudo para identificar resistência com terrorismo) paralisa frequentemente um pensamento crítico. Antes do 13 de dezembro, esse medo impediu concretamente a criação das guardas operárias. Se elas tivessem sido criadas, formadas e organizadas, o poder teria pensado muito antes de atacar frontalmente o sindicato".

A maturidade ainda recente do movimento se exprime também no fato de que por exemplo, apesar da direção da fábrica Ursus criar uma comissão "operários-soldados", numerosas direções do Solidariedade já começaram a desenvolver um trabalho de agitação sistemática em direção dos soldados, através de panfletos e chamamentos.

Tudo isso não implica em dizer que haja uma posição consensual sobre a greve geral por exemplo, ou sobre a questão da auto-defesa ou do uso da violência de massa. Pontos fundamentais debatidos e a serem esclarecidos no interior dessa "Polônia clandestina", mas que apesar de decisivos para a sorte dos trabalhadores, ainda estão longe de serem solucionados.

A visão estratégica da direção do Solidariedade ainda é muito obscura quanto à greve geral. "Greve geral sim, mas para fazer o que depois? Com que programa?", é o que se pode ler em alguns boletins. Alguns dirigentes chegam mesmo a ter algum tipo de ilusão sobre a própria vinda de João Paulo II, que aceitou o convite da ditadura para 26 de agosto próximo, crendo que isso poderia apontar para alguma saída.

O problema da atitude da União Soviética, a hipótese de uma intervenção e a maneira pela qual o movimento têm que enfrentá-lo, continua ainda obscuro, na imprensa clandestina.

Análises já existem dizendo que "de nada serve esconder-se a cara, melhor será preparar-se para enfrentá-lo"; outros acentuam bastante as ligações existentes entre a classe operária polonesa e as outras dos demais países "socialistas". "Era importante, desde o início, explicar de maneira consequente e acessível a essência da crise polonesa e os objetivos de nossa luta, que é uma luta comum, iniciada pelos trabalhadores alemães em 1953, continuada pelos poloneses e húngaros em 1956, passando pela Tchecoslováquia em 1968, e retomada por nós mesmos em 1970, 1976 e 1980", pode-se ler em outro boletim.

o Solidariedade resiste

como tomar o poder.

Os debates na imprensa clandestina

Aqui, a palpitante evolução do debate dos operários sobre a tomada do poder.

● 17 de abril de 1982

"Nossas ações são ainda caóticas. Em geral, elas não ultrapassam o quadro das empresas tomadas isoladamente e muito menos as regiões. Nos ressentimos de uma coordenação em uma escala superior. Nos falta uma concepção, uma estratégia a longo prazo. Olhemos a verdade de frente: é impossível restaurar na Polônia as liberdades cívicas elementares, é impossível reconstituir o Solidariedade sem derrubar a ditadura instaurada no dia 13 de dezembro. A possibilidade de um acordo nacional já foi aniquilado pelo poder. E se ainda existe a idéia de um acordo, ele não pode se realizar a partir de hoje senão contra este poder (...) Nós devemos saber como levar a cabo a revolução polonesa iniciada em agosto". Extraído de *CDN* número 2, órgão do Comitê Operário inter-empresas do Solidariedade em Varsóvia.

● 7 de maio de 1982

"Eu participei com representantes das grandes fábricas de decisões tomadas durante a reunião da comissão provisória de coordenação e apresentei a opinião de quatro regiões sobre a estratégia e a tática a adotar. Elas provocaram consternação. Todos declararam que se algum passo decisivo não fosse dado, se as pessoas não tivessem a certeza que nos preparamos para realizar a greve geral com o objetivo de chegar a um acordo baseado sobre um compromisso, nós não teríamos nenhum apoio. As greves curtas e as outras ações são seguidas pela repressão. A longo prazo, com o aumento de riscos de acidentes e a ausência de perspectivas claras quanto ao fim vitorioso da luta, será provocado um desencourajamento dos sindicalistas, uma apatia e uma piora da repressão contra a qual nenhuma pessoa poderá se defender (...) Extraído de uma carta de Bodan Lis a Zigmunt Bujak, publicada no *Tygodnik Mazowsze* nº 15, de 27 de maio de 1982.

● 21 de maio de 1982

"Eu me alegro de saber que as fábricas são dessa opinião (no que diz respeito à greve geral). Entretanto é importante assinalar que, tendo em vista a característica da greve — defesa ativa — isto será uma revolução (derrubada do poder atual). Se eles tiverem consciência disso, assegure a eles que a comissão provisória de coordenação está pronta a assumir a direção de uma tal greve e a prepará-la; mas, pessoalmente, eu não os convocarei à greve. Será o mesmo que enviar milhares de pessoas ao massacre e eu não vou assumir a responsabilidade (...) Extraído da resposta de Z. Bujak a B. Lis, publicada no mesmo número do *Tygodnik Mazowsze*.

● 27 de maio de 1982

"Eu não constato nenhum sinal de boa vontade da parte das autoridades. Ao contrário, o desprezo diante da situação social, a multiplicação dos atos repressivos, a ameaça de manter o Solidariedade na ilegalidade, a piora crescente da



situação material, o desemprego: tudo isto conduz inevitavelmente a uma radicalização dos trabalhadores e à greve geral. Algumas dezenas de grandes empresas de Mazovie já exigiram da RKW que marque a data desta greve. Uma explosão espontânea será antes de tudo menos eficaz. De outro lado, ela será mais perigosa. É por isso que uma preparação ao nível sindical para a greve geral deve ser um desafio para todos os níveis de nossa organização. Nós pedimos aos comitês de empresa provisórios para criar células para organizar a greve (...)" Extraído de uma declaração da comissão executiva regional (RKW) do Solidariedade de Varsóvia.

● 2 de junho de 1982

"A greve geral colocará a questão polonesa no centro das preocupações internacionais. Deve ser uma greve geral em toda a Polônia com a defesa ativa das fábricas. Em Varsóvia, deve haver uma greve com ocupação em pelo menos trinta fábricas, as outras se mobilizando para uma greve sem ocupação mas com manifestações e passeatas para ocupar uma parte das forças de repressão. Se a situação se tornar verdadeiramente séria as autoridades não poderão, segundo o meu pensamento, contar com Exército ou mesmo com as milícias. Quando um só batalhão se recusa a atirar... Foi este o caso em fevereiro de 1917 logo que uma pequena unidade de cossacos passou para o lado dos manifestantes e, ao final de um mês, não havia um czar". Extraído de uma entrevista com Z. Romaszewski, membro da direção do Solidariedade pela região de Varsóvia.

ERRATA

No último número, quando noticiamos diretamente de Manágua as últimas novidades sobre a revolução nicaraguense, e sobre as comemorações do 3º aniversário da derrubada de Somoza, não saiu o nome do companheiro que representou o Partido dos Trabalhadores no evento. Corrigindo nossa falha, o companheiro Souheil Saiegh, candidato a deputado estadual pelo PT de São Paulo, foi credenciado por LULA para enviar ao povo nicaraguense as saudações daqueles que, no Brasil, lutam contra a ditadura.

A repressão mata, tortura e condena

Dos jornais e panfletos clandestinos, a denúncia da violência da polícia política polonesa.

Consultando os boletins da imprensa clandestina, contamos uma quinzena de casos de pessoas mortas pelas brutalidades ou sevícias infligidas pelos oficiais do Exército ou pelo ZOMOS (unidades especiais da milícia) apenas no período que vai do início de abril ao começo de janeiro. A lista é certamente longe de ser completa. E nós não possuímos todos os boletins.

● Militantes espancados até a morte, como Mieczyslaw Rokitoski, falecido no dia 3 de abril de 1982 após um interrogatório selvagem. Transeuntes espancados por não terem fornecido vodka a oficiais do Exército já bêbados, como Wojciech Cielecki, falecido após um tiro na nuca. Vítimas da ferocidade dos ZOMOS como Malgorzata Lenartowicz morta no hospital dois dias após ser espancada até sangrar.

● Numerosos militantes do Solidariedade internados ou aprisionados, ou mais simplesmente aqueles que se recusam a colaborar, puderam testemunhar as torturas infligidas pelos policiais. Destacamos o caso da moça de 16 anos a quem queimaram a coxa com um ferro de engomar, punindo-a por não querer identificar pessoas apresentadas a ela em fotos.

● Todas as testemunhas sobre os ataques da milícia contra as manifestações mostram a selvageria com a qual os ZOMOS investem sobre a multidão, pisando, atirando, e não hesitando em atirar jatos de gás lacrimogênio sobre os olhos das pessoas. O levantamento dos médicos e enfermeiras após estas carnificinas são inacreditáveis: colunas vertebrais quebradas, membros completamente esmagados, rostos totalmente deformados. Sem contar as graves doenças da pele e do sistema nervoso deflagradas após as ações repressivas em inúmeros habitantes de bairros onde a densidade de gás lacrimogênio descarregado durante os enfrentamentos tinha sido monstruosa.

● Segundo as informações incompletas, mais de 900 pessoas foram condenadas em virtude do estado de guerra, enquanto que 3.000 outras são objeto de processos judiciais. Alguns foram condenados recentemente a penas que vão de 9



a 10 anos de prisão, às vezes superiores, unicamente por terem feito greve, como é o caso de Ewa Kubasiewicz e Jerzy Kowalzyk, de Gdynia. Durante os interrogatórios, as pessoas interpeladas e as condenadas são espancadas e maltratadas, e eles são também impedidos de tomar contato com a Igreja e a Cruz Vermelha.

● Há igualmente, inúmeros casos de jovens soldados que se suicidaram para não serem obrigados a participarem em atos que julgavam criminosos.

● O caso de Margorzata Chmielewska, confinada na prisão e torturada sistematicamente durante vários meses, que, hoje, se encontra em um hospital psiquiátrico, está longe de ser o único. Além disso, sabe-se que um diretor do Hospital de Varsóvia recusou várias vezes hospitalizar a pedido do comandante da Milícia do bairro "pessoas com desvios psíquicos tendentes a perturbar a ordem pública em cerimônias oficiais".

● Se falharam as tentativas de obrigar os internados a assinarem as cartas aceitando emigrarem em troca de suas libertações na quase totalidade dos casos, as autoridades militares conseguiram, apesar disso, obrigar um dirigente do Solidariedade, Z. Paluczyaski a emigrar, após terem-no torturado e ameaçado sua família. Depois disso, ele foi levado à força para a Alemanha do Leste onde lhe deram a "autorização" de ir para o Oeste.



Saiu a PERSPECTIVA INTERNACIONAL nº 3

- O imperialismo e a Revolução na América Central
- Guerra de extermínio contra o povo palestino no Líbano
- A crise da ditadura Argentina após as Malvinas
- Ernest Mandel analisa a Crise Econômica
- Tempos de Autocríticas no PC Vietnamita
- Socialismo: Democracia Socialista e Ditadura do Proletariado
- Manifestações pacifistas na Europa e nos EUA
- Apelo contra a Reagan à Europa
- Solidariedade aos presos políticos uruguaios.

Assinatura anual

Cr\$ 1.200,00

Cheque à Editora Aparte - R. Francisco São Paulo - CEP 05414, Leitão, 57 Pinheiros



Protestos em todo o mundo

O sionismo no banco dos réus

Enquanto a máquina de guerra de Israel vai sufocando pouco a pouco os combatentes palestinos sitiados, um forte movimento contra o assassinato em massa se eleva em todo o mundo. Os trabalhadores do Irã, da Nicarágua e de Israel à frente dos protestos.

Por Jaime Brener

Depois que a Síria, o último estado burguês árabe a apoiar abertamente o movimento palestino se omitiu, os trabalhadores, em todo o mundo, estiveram a cargo dos protestos contra o morticínio. Registramos aqui algumas das principais atividades de protesto.

Na Europa, todas as formas de luta foram utilizadas, desde abaixo-assinados de figuras de peso da comunidade científica-judaica e não judaica até atos públicos e greves de fome. Realce-se o protesto dos trabalhadores gregos, cujo governo é o único da Comunidade Econômica Européia a reconhecer a OLP. Os doqueiros gregos recusaram-se a descarregar qualquer navio israelense e no porto de Kalimnos, fizeram com que um navio daquele país levantasse âncoras, voltando para seu porto de origem.

Em toda a América do Sul, manifestações de protesto vinculando a luta palestina com a luta anti-imperialista no

continente foram realizadas. Em nosso país, em várias capitais, manifestantes saíram às ruas exigindo o fim do massacre. Mas as manifestações mais impressionantes ficaram a cargo, por um lado, da população israelense, e por outro, dos trabalhadores que passam hoje por sérias transformações revolucionárias: o Irã e a Nicarágua.

Em Israel, em manifestações de dez, vinte até cem mil pessoas, pela primeira vez na história do país é remoldo o "consenso" no apoio à guerra. Na frente de batalha muitos soldados se recusam a lutar, voltando a Israel e participando das ações de protesto. O coronel Eli Geva, brilhante oficial, comandante de uma unidade de blindados, abandonou seu posto em protesto, sendo expulso do exército.

Do outro lado do mundo, em Manágua, um povo que hoje enfrenta ataques diretos do imperialismo foi às ruas, retribuir o apoio que os palestinos prestaram

à sua revolução. Vinte mil pessoas, à frente a comandante Dora Maria Tellez, foram às ruas, contra o inimigo comum. No Irã, milhares de voluntários juntaram-se aos palestinos, apesar da guerra contra o Iraque e atendendo ao chamado do governo. Sua bravura em combate, apesar da desproporção em relação ao invasor, foi comparada aos combatentes judeus dos guetos.

Porém, a repulsa de todos os trabalhadores pode ser sintetizada por uma carta enviada ao general Mati Peled (outro opositor à guerra), por um velho judeu, de tradições milenares. "O que os nazistas não conseguiram, vocês o fizeram. A um falso pretexto de auto-defesa, vocês provocaram uma guerra inglória, matando meu filho único e acabando, assim, com uma velha e tradicional família de rabinos. Este povo sábio, que soube lutar contra os nazistas, saberá julgá-los Begin/ Sharon e livrar-se de vocês."



"Este povo sábio que soube lutar contra os nazistas, saberá julgá-los, Begin/ Sharon, e livrar-se de vocês".

Begin não terá paz

Uma análise das forças presentes no conflito mostra que o massacre de Israel só vem exacerbar as contradições na região.

Os interesses do imperialismo na região são bastante claros. Garantir sua hegemonia sobre uma das regiões mais ricas ao nível das matérias-primas, conservar o local como um polo de tensões (controladas dentro de um certo limite) que permita que continue como o maior consumidor mundial de armamentos (a URSS inclusive compartilha desse interesse tendo apoiado a criação do Estado de Israel, estopim da crise) e, fundamentalmente, bloquear o rico caudal do nacionalismo árabe que pode certamente transformar-se em um questionamento da própria ordem burguesa na região.

O estado de Israel, criado em 1947, sempre se constituiu em um freio ao avanço do movimento anti-imperialista árabe. Basta citar que em 1956 foi Israel quem "surrou" Nasser, quando este nacionalizara o Canal de Suez. A estrutura interna do estado de Israel é relativamente democrática para os judeus e racista para os palestinos que vivem, em sua maioria, nos territórios ocupados por Israel nas várias guerras. Os judeus orientais (do Marrocos, Yemen e Iraque) constituem, juntamente com os palestinos, a mão de obra mais mal paga.

O atual governo de Begin/ Sharon, politicamente é apoiado pela coalizão Herut, Partidos Religiosos. Estes partidos, cuja plataforma política é o velho testamento, buscam a criação de uma "Grande Israel", do Nilo (Egito) ao Eufrates (Iraque). A base social do governo Begin: é justamente o extrato inferior da classe operária judaica: os judeus orientais, em função de trinta anos de governo trabalhista, que consolidaram os privilégios para os trabalhadores especializados, os judeus ocidentais. Para os trabalhadores israelenses, é muito mais palpável a resoluta proposta de Begin: massacrar os árabes (cujos) governos burgueses foram responsáveis por inúmeras perseguições aos judeus), destruir a OLP, do que as promessas não cumpridas dos trabalhistas.

Os outros aliados do imperialismo são respec-



Manifestação pela paz em Israel

tivamente os estados árabes mais reacionários (como a Arábia Saudita e Oman) que representam um fator de "moderação" nas pretensões nacionalistas de outros governos, e na própria questão palestina. Alguns estados, como o Iraque, que passaram por revoltas nacionalistas, hoje alinham-se novamente com os EUA. Finalmente, alinham-se com os EUA, a direita libanesa, os extratos superiores da sociedade libanesa organizados pelos falangistas (Kataeb de Becir Gemayel) e pelo Bloco Nacional (de Raymond Eddé), erroneamente chamados de "cristãos" pela grande imprensa.

Expulsos de suas terras pela ação combinada das tropas de Begin e pela invasão árabe à Palestina em 1948 (sobre a qual não tiveram qualquer poder de decisão), os palestinos encontram-se espalhados por diversos países, notadamente a Jordânia (1 milhão — 65% da população), Líbano (450 mil), Israel (650 mil), territórios ocupados por Israel (1.200 mil), Síria (160 mil), Kuwait (150 mil — 20% da população). Vivem, em boa parte, em

acampamentos de refugiados, sem quaisquer condições de sobrevivência.

O sofrimento os fez organizados. Constituem-se, onde estiverem, em um exército firme e combativo, verdadeiros focos revolucionários de reivindicações. Por várias vezes foram submetidos a massacres por governos burgueses árabes por estarem se tornando perigosos para a própria manutenção da ordem burguesa. O "Setembro Negro" de 1970 na Jordânia e o massacre sírio no Líbano, em meados da década de 70 foram movimentos destinados a impedir que o "vírus da revolução" se espalhasse.

A OLP, passou por constantes mutações segundo a dinâmica do movimento. Criada em uma Conferência de Cúpula árabe em Jerusalém 1964, forças bastante heterogêneas: desde a incipiente burguesia palestina dos "shuks" (bazares de Jerusalém), passando por grupos guerrilheiros fiéis, em função da dispersão dos palestinos, a diversos governos (como a Al Saika-Síria, FLA-Iraque) até grupos que possuem uma certa referência no maxismo como a FDLP de Georges Habashe, o PC. Inicialmente seguindo os interesses dos governos burgueses árabes, gradualmente passou a ser hegemônica pelos grupos guerrilheiros, principalmente a Al Fatah, de Arafat.

Posteriormente, em função da explosão de movimentos massivos, greves, ocupações, enfrentamentos, da população palestina dos territórios ocupados com o estado israelense, a OLP adquiriu um novo caráter. Pouco a pouco, foi deixando de lado as ações armadas isoladas que a isolavam frente à opinião pública internacional e aos próprios trabalhadores israelenses. Esse processo, em função do pouco peso da burguesia palestina e da inexistência de um aparelho de estado, foi fazendo com que a OLP fosse radicalizando sua ação, organizando e politizando massas, o que, obviamente afastou de seu rastro os governos burgueses árabes.

A oposição "tradicional", os trabalhistas

apoiaram a invasão ao Líbano, e hoje encontram-se sem palavras para com a opinião pública. No entanto, crescentes setores da sociedade israelense, vem se manifestando contra o massacre. Basicamente a esquerda revolucionária, anti-sionista, e diversos setores, como o partido Sheli e o Movimento Paz. Agora que apesar de não terem rompido com o sionismo, foram responsáveis por grandes manifestações anti-guerra. Além disso, a maior parte dos explorados, dentro do Líbano, ou o que a imprensa chama de "muçulmanos" e "progressistas", luta ao lado dos palestinos.

O plano de Begin, foi na prática, completamente endossado por Reagan e serve aos seus interesses de bloquear o avanço da luta anti-imperialista que passa pela revolta interna a Israel, pelo movimento palestino, e pela vitória iraniana sobre o Iraque. Em segundo lugar, o plano de Begin não admitirá qualquer solução que não envolva a dispersão física dos combatentes palestinos (além do que nenhum estado burguês árabe os aceitaria, organizados como estão) e a destruição da OLP. A URSS nada fará. Só se mexerá quando os interesses do seu mais importante parceiro, a Síria, forem tocados. E todos nós vimos qual é a posição da Síria. Derrotada num primeiro combate com Israel, retirou suas tropas "entregando os palestinos", além de não aceitá-los em seu território.

O massacre no Líbano fez ruir o véu da "unidade nacional", árabe ou judaica. Enquanto em Israel desaparece o "consenso nacional" em momento de guerra, os governos burgueses árabes deixam claras as suas posições, e dentro da própria OLP começam a aparecer divergências, com declarações as mais conflitantes, de suas várias facções de classe. Qualquer solução rumo à paz definitiva, à autodeterminação das populações da região, não poderá ser conseguida sob este quadro, com Begin e Assad. Só poderá se inscrever dentro da luta dos trabalhadores árabes e judeus contra o inimigo comum, o imperialismo.